

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CURSO DE JORNALISMO

VITÓRIA JACÓ BERTOLUCCI

**CANCELAMENTO DE MONTEIRO LOBATO: ANÁLISE DE POSICIONAMENTOS
EM JORNAIS BRASILEIROS SOBRE O RACISMO NAS OBRAS DO ESCRITOR**

UBERLÂNDIA

2021

VITÓRIA JACÓ BERTOLUCCI

**CANCELAMENTO DE MONTEIRO LOBATO: ANÁLISE DE POSICIONAMENTOS
EM JORNAIS BRASILEIROS SOBRE O RACISMO NAS OBRAS DO ESCRITOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência final para obtenção de grau de bacharel em Jornalismo na Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Profa. Dra. Mirna Tonus.

UBERLÂNDIA

2021

VITÓRIA JACÓ BERTOLUCCI

**CANCELAMENTO DE MONTEIRO LOBATO: ANÁLISE DE POSICIONAMENTOS
EM JORNAIS BRASILEIROS SOBRE O RACISMO NAS OBRAS DO ESCRITOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência final para obtenção de grau de
bacharel em Jornalismo na Universidade
Federal de Uberlândia.

Orientadora: Profa. Dra. Mirna Tonus.

Uberlândia, 03 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mirna Tonus, UFU/MG
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Adriana Pastorello Buim Arena, UFU/MG
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Nicoli Glória de Tassis Guedes, UFU/MG
Examinadora

À minha família, que sempre me apoiou em
todas as minhas vitórias, dificuldades e
escolhas. Aos meus amigos, que, apesar da
distância física, fazem meus dias serem mais
leves e agradáveis.

BERTOLUCCI, Vitória Jacó. **Cancelamento de Monteiro Lobato: Análise de posicionamentos em jornais brasileiros sobre o racismo nas obras do escritor.** 2021. 84 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

RESUMO

A Internet foi o espaço que revolucionou o modo como as pessoas interagem e, principalmente, como acessam as notícias de onde vivem e do mundo. À medida que a tecnologia amplificou o fluxo de informações, a manifestação de discursos de ódio tornou-se mais frequente, dando o pontapé inicial para a cultura do cancelamento. Nesse contexto, essa cultura atingiu, postumamente, Monteiro Lobato, acusado de ter escrito livros infantis com trechos racistas, cujo nome voltou à tona após as obras entrarem em domínio público, tornando-se passíveis de edição e reescrita. Fundamentado na Análise de Conteúdo, este trabalho abrange a observação de possíveis impactos do cancelamento de Lobato, tanto em suas obras quanto em sua aplicabilidade na educação, a partir da análise da circulação de matérias, publicadas por jornais de grande alcance, sobre a presença de racismo nas produções do autor. Ao fim, foi verificado que a maioria dos artigos que se propuseram a discutir sobre a presença de racismo nas obras de Lobato permaneceram limitados em suas argumentações, fugindo da proposta inicial de analisar trechos racistas retratados para crianças.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. Cultura do Cancelamento. Jornalismo. Mídias Sociais. Comunicação. Acesso Digital.

BERTOLUCCI, Vitória Bertolucci. **Monteiro Lobato's cancellation: Analysis of positions in Brazilian newspapers about racism in the writer's works.** 2021. 84 p. Final Paper (Graduation in Journalism) - Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2020.

ABSTRACT

The Internet was the space that revolutionized ways people interact and especially how they access news about where they live and the world. As technology amplified the flow of information, manifestations of hate speech became more frequent, kicking off the cancel culture. In this context, this movement posthumously reached Monteiro Lobato, accused of having written children's books with racist passages, and whose name came back to the surface after his works entered the public domain, becoming subject to editing and rewriting. Based on Content Analysis, this work observes the possible impacts of Lobato's cancellation, in his works and their applicability in education, through the analysis of the circulation of articles, published by nationwide newspapers, about the presence of racism in the author's productions. In conclusion, it was verified that most of the articles that proposed to discuss racism in Lobato's books remained limited in their arguments, running away from the initial proposal of analyzing racist passages in children's books.

Keywords: Monteiro Lobato. Cancel Culture. Journalism. Social Media. Communication. Digital Access.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	MÍDIAS SOCIAIS: OS DISCURSOS DE ÓDIO ADVINDOS DA INTERNET	12
2.1.	AS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO NA INTERNET	14
2.2.	CULTURA DO CANCELAMENTO	17
3.	MONTEIRO LOBATO E O RACISMO ESTRUTURAL	24
3.1.	MONTEIRO LOBATO: O ESCRITOR	24
3.2.	A EXPRESSÃO DO RACISMO E A FIGURA DO NEGRO PARA MONTEIRO LOBATO.....	27
3.3.	RACISMO ESTRUTURAL.....	32
3.4.	RACISMO ESTRUTURAL E O CANCELAMENTO DE MONTEIRO LOBATO.....	36
4.	PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE	38
4.1.	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	41
4.2.	PERCURSO METODOLÓGICO	40
4.3.	ANÁLISE.....	41
4.3.1.	Folha de S. Paulo	42
4.3.1.1.	“Viva Lobato!”	42
4.3.1.2.	“Obra Infantil de Lobato é tão racista quanto o autor, afirma historiadora”	47
4.3.1.3.	“Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante”	51
4.3.1.4.	“Racismo delirante' é tratamento grotesco, Monteiro Lobato merece respeito”	54
4.3.1.5.	“Discussão sobre racismo em obra de Lobato deveria levar em conta opinião de crianças negras”.....	56
4.3.2.	O Estado de S. Paulo	60
4.3.2.1.	“Em domínio público, obra de Monteiro Lobato não deve ser reescrita”	61
4.3.2.2.	“No Salão de Paris, pesquisadora analisa o lugar do negro na obra de Lobato”.....	63

4.3.2.3.	“Censurar a obra de Monteiro Lobato é uma tolice”.....	65
4.3.2.4.	“A necessária superação de Monteiro Lobato na literatura infantil”	67
4.4.	CONCLUSÃO.....	71
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS	76
	ANEXOS	82

1. INTRODUÇÃO

Na última década, as mídias sociais concretizaram-se como o principal meio de contato entre sujeitos, seja por mensagem, ligação ou uma postagem no perfil de terceiros, o que também possibilitou que pessoas distantes entre si mantivessem contato. A Internet, mais que todos os outros meios de comunicação, revolucionou o modo como as pessoas podem acessar as notícias sobre o mundo e a região em que vivem, visto que se tornou capaz de proporcionar diversas formas de contato ao indivíduo que a acessa, a exemplo de textos, vídeos e áudios.

Os jornais impressos – que já haviam migrado para a Internet desde meados de 2005 – e demais plataformas de comunicação que nasceram no meio digital, passaram também a integrar as mídias sociais, como uma maneira de alcançar o leitor nos lugares que ele mais “frequenta”. Com a possibilidade de interação entre o público e os jornalistas, esta classe passou a ouvir de perto os incômodos e apontamentos feitos pelos usuários.

A tecnologia, no papel de facilitadora, auxiliou para que o fluxo de informações se expandisse cada vez mais, à medida que os consumidores não precisavam mais sair de casa para ter acesso aos periódicos. Em contrapartida, houve o aumento na disseminação de discursos de ódio, permitidos pelo anonimato ou perfis falsos, pois, o que antes acontecia pessoalmente, passou a ser possível a partir de contas que escondiam quem realmente estava do outro lado da tela.

Nesse elo, surge a Cultura do Cancelamento, que consiste no julgamento e ataque direcionado a indivíduos ou empresas, em decorrência de um ato considerado errado pela maioria. Pode-se afirmar que o ato de “cancelar” alguém já é feito há séculos, visto que, na Inquisição¹, pessoas eram queimadas vivas tendo como base suas atitudes, que seriam apontadas como vexatórias pela Igreja Católica.

A mobilização, que deu início ao que hoje é conhecido por Cultura do Cancelamento, surgiu na Internet em 2017, aproximadamente, a partir do movimento *#MeToo* (“eu também”, em tradução livre). Nele, várias atrizes de Hollywood utilizaram a *hashtag* *#MeToo* para expor seus assediadores nas mídias sociais, sobretudo nas plataformas Twitter e Instagram.

Todavia, o que se iniciou por uma causa necessária acabou tomando um rumo oposto. A Cultura do Cancelamento tem como vítimas, principalmente, pessoas que possuem a vida

¹ Tribunais da Igreja Católica, cuja função consistia em perseguir, julgar, e punir pessoas acusadas de desviarem-se da conduta pregada pela Instituição. Unindo suas duas aparições, medieval e moderna, tem-se que a Inquisição se estendeu desde o século XIII ao XIX.

pessoal extremamente exposta na Internet. Assim, no primeiro erro cometido pelo indivíduo, seja um deslize ao falar sobre algo ou alguém, ele será “cancelado”.

O cancelamento parte de outros usuários das mídias sociais é acompanhado de xingamentos e até mesmo da perda de contratos e ganhos financeiros oriundos de patrocínios. Atualmente, o cancelamento vem se pautando, também, em atitudes anacrônicas² para atacar obras escritas no século passado, ao exigir que estas sejam modificadas a fim de se encaixarem no presente. Vê-se que, de certo modo, o maior problema de quem prega a Cultura do Cancelamento é a certeza de que todos devem pensar da mesma maneira, independentemente da época e, principalmente, do contexto em que cada um viveu. As obras de José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) estão incluídas nesse processo, com críticos e demais profissionais que ignoram o ambiente e as vivências intelectuais do autor em sua própria época.

Em 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) recomendou que fosse suspensa a leitura e estudo da obra “Caçadas de Pedrinho” (1933) das escolas públicas. A decisão, que fora transferida posteriormente para o Supremo Tribunal Federal (STF), definiu que o livro apresentava “preconceitos e estereótipos contra grupos étnico-raciais”.

As críticas não se encerram. Em 1º de janeiro de 2019, todas as obras de Monteiro Lobato ingressaram em domínio público. Isso significa que, a partir dessa data, qualquer pessoa pode utilizá-las para variados propósitos – a exemplo de adaptações, traduções e veiculações, entre outras ações que gerem ganho financeiro ao sujeito – sem que seja necessária autorização prévia do autor ou titular dos direitos. A Legislação brasileira, de acordo com o art. 41, da lei no 9610/98, estipula que todas as obras de um autor devem entrar em domínio público 70 anos depois da data de falecimento dele, contados a partir do 1º de janeiro do ano subsequente à morte do literato.

Desde então, tornaram-se corriqueiras as discussões acerca dos livros de Monteiro Lobato, sejam elas impulsionadas por jornalistas, críticos ou leitores. As obras dele tiveram – e ainda têm – um grande papel na formação de vários adultos. Talvez a assimilação sobre os problemas encontrados nas criações de Lobato só tenha ocorrido na juventude, em meio ao desenvolvimento como cidadãos neste país.

Ainda que as obras de Lobato reflitam o racismo do autor no momento que as escreveu, é de suma importância compreender que isso aconteceu há mais de um século atrás.

² Segundo o Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (2021, s.p.), é o ato errôneo de atribuir à uma época o que pertence à outra; erro de cronologia; coisa própria de época diferente.

A relevância de leituras como “Reinações de Narizinho”, dentre outras obras, é imensurável para a educação brasileira, mas talvez não seja mais da maneira que era vista antigamente.

Ao contextualizar quem foi Monteiro Lobato e o que há de errado – e certo – em suas obras, é possível evitar que a história se repita e que outros escritores percorram o mesmo caminho. No que diz respeito à relevância do conteúdo das obras para as crianças, ainda há tempo de ensinar sobre a história de nosso país, permeando a cultura afro-brasileira, e como ela interferiu diretamente em obras renomadas. Apesar de conter trechos racistas, as criações de Monteiro Lobato possuem valor cultural para a sociedade. Entretanto, isso não impede que sejam criticadas ou analisadas – e não modificadas.

Na visão de Marisa Lajolo, doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada, é incorreto que as obras de Monteiro Lobato sejam canceladas ou que lhes seja proibida a circulação. Uma das defesas para essa tese é a de que, quando tratamos de preconceito racial em leituras brasileiras, Lobato não é exceção. Assim, defende-se que quase todos os autores brasileiros, que produziram livros até metade do século XX, refletem o preconceito em suas páginas.

Na área do Jornalismo, acredita-se que a Cultura do Cancelamento pode levar a uma radicalização de como as pessoas se expressam nas mídias sociais. Nessa questão, estão inclusos os jornalistas que escrevem sobre algo que não agrada à maioria, independentemente do teor do debate, assim como estudiosos da área, representantes de movimentos antirracistas e pessoas que interagem com as publicações. Assim, denúncias que se baseiam em “cancelar” alguém perdem rapidamente o controle e contribuem para que os usuários se comportem como juízes da Internet.

Por isso, vê-se a importância em observar a discussão sob a perspectiva de jornalistas, críticos e demais autores de matérias que são, diariamente, publicadas nos jornais de maior circulação do país e replicadas nas mídias sociais.

O objetivo principal desta pesquisa é compreender os possíveis impactos do cancelamento de Monteiro Lobato para as próprias obras e a aplicabilidade delas na educação, a partir da análise da circulação de matérias - publicadas por jornais de grande alcance - sobre a presença de racismo nas produções do autor.

Isso será feito, primeiramente, a partir da verificação de quais produções jornalísticas contribuem para a discussão sobre a presença de racismo nas obras de Lobato e o cancelamento dele, observando o posicionamento de autores em diferentes veículos de comunicação e escritores sobre o conteúdo da literatura de Monteiro Lobato. Dessa maneira,

serão descritos os possíveis impactos do cancelamento de Monteiro Lobato nas obras do autor e na aplicabilidade delas na educação brasileira.

Na divisão dos capítulos, foi priorizada a apresentação das mídias sociais logo no primeiro, com a observação dos fenômenos presentes em tais mídias, como manifestações de ódio e cultura do cancelamento. No segundo capítulo, foi identificada a história de Monteiro Lobato como escritor, assim como o conceito de racismo estrutural e como ele é identificado nas obras lobatianas. Em seguida, tem-se a análise de conteúdo, aplicada em artigos de dois jornais de grande circulação digital no país: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. A partir desse estudo, foram apresentados os possíveis impactos do cancelamento de Lobato nas mídias e retirada de suas obras das escolas.

2. MÍDIAS SOCIAIS: OS DISCURSOS DE ÓDIO ADVINDOS DA INTERNET

No período que se estende entre as duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, as mídias sociais passaram a alcançar muitos usuários, saindo da zona limitada de poucos grupos que antes opinavam sozinhos (MAINIERI; RIBEIRO, 2011). É possível analisar que, atualmente, as principais mídias sociais estão presentes na vida de pessoas do mundo inteiro. O Facebook, criado por Mark Zuckerberg, segue na liderança há anos, somando 2,7 bilhões de usuários ativos mensalmente. A mídia social foi criada em 4 de fevereiro de 2004 e foi a primeira a completar um bilhão de inscrições, em outubro de 2012 (BELING, 2021).

Além do Facebook, existem outras mídias sociais, utilizadas tanto pelos mesmos usuários da plataforma já citada, quanto por pessoas que preferem ter contas em outras mídias. As maiores após o Facebook são, respectivamente, YouTube, com 2,2 bilhões de usuários; Instagram, com 2,1 bilhões de contas; TikTok, que se popularizou ainda mais durante o isolamento social e conta com 732 milhões de usuários ativos; Sina Weibo, micro blog utilizado principalmente por chineses, tendo em vista que o Governo chinês proíbe o uso de qualquer mídia social ocidental, com 532 milhões de usuários (BELING, 2021).

Massimo Di Felice enxerga que não só foram criadas formas de se comunicar no século XXI, mas formatos de interação entre indivíduos, pois "a cada uma dessas revoluções, a introdução de novos meios determinou a possibilidade de alcançar um público cada vez maior em um período de tempo e a um custo cada vez menor" (DI FELICE, 2008 apud MAINIERI; RIBEIRO, 2011).

Junto a isso, tem-se a perspectiva, de André Lemos (2010) e Pierre Lévy (2010), de que as mídias sociais iriam modificar completamente a relação antes existente entre emissor e receptor. Em concordância a esse pensamento, Augusto Lohmann afirma que "as mídias sociais consolidam-se como um espaço propício para as práticas colaborativas e para o atual contexto comunicacional, onde cada vez mais as figuras do emissor e do consumidor da informação se confundem em um só papel, na figura do usuário" (LOHMANN, 2015, p. 110).

Dessa forma, a partir da abertura das mídias sociais para todos os usuários, cada um dos indivíduos seria responsável por suas próprias postagens e interações, passando a ser emissores e receptores, ao mesmo tempo, pois consomem e produzem conteúdo simultaneamente. Entretanto, tem-se que essa possibilidade de conectar-se com outras pessoas mundialmente aconteceu já em meados da década de 1990, quando houve a difusão da

internet ao redor do planeta. Sobre esse processo, Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2005) acrescenta que

a interconexão em rede dos computadores mundiais e a sua rápida popularização geraram a possibilidade inédita de qualquer usuário conhecer tudo [isto é, ter acesso a qualquer tipo de informação] e interagir com todos [isto é, poder entrar em contato com qualquer outro usuário]" (NICOLACI-DA-COSTA, 2005 apud BARBERINO, 2017, p. 16).

A difusão das conexões aconteceu em âmbito mundial, mas a concentração dos ganhos permanece, até hoje, entre algumas poucas empresas. Isso foi chamado, posteriormente, de "plataformização", pelo modo como os espaços digitais, como o Facebook, alcançaram toda a internet, integrando-se aos poucos a outras interfaces da web.

A plataformização transformou *sites* de redes sociais em *plataformas* de mídias sociais, nos termos de Helmond, que adiciona que, como “modelo de infraestrutura, plataformas de mídias sociais fornecem um *framework* tecnológico para que outros construam sobre [...] direcionado a sua expansão sobre o resto da web" (HELMOND, 2015, apud SILVA, 2021).

Assim, as plataformas seriam responsáveis por unir dois ou mais grupos da sociedade que possuam interesses comuns, servindo como mediadora entre os usuários. É o caso de empresas, prestadores de serviços, publicitários, organizações e todo tipo de interação que possa ocorrer por meio das mídias sociais (SILVA, 2021).

O fortalecimento das mídias sociais implicou a ideia de que as relações entre todos os usuários seriam horizontais, ou seja, sem grupos favorecidos e com maior liberdade de expressão. Isso seria impossível, visto que, como dito, a concentração das maiores decisões ficaria também nas mãos de quem estivesse lucrando mais. Surgiu, dessa maneira, a discussão sobre o uso de algoritmos.

[...] está no cerne do bom resultado financeiro e mercadológico destas empresas o uso de algoritmos que promovem a eficiência na busca das métricas definidas como objetivos de negócio, que vão de indicadores de consumo de mídia a número de pontos de dados processados (SILVA, 2021, p. 131).

A definição de algoritmos não é atual, pois vem, primordialmente, da Matemática e da Computação, sendo conceituado como "uma sequência finita de instruções precisas que são implementáveis em sistemas de computação" (OSOBA, 2017 apud SILVA, 2021, p. 131). Entretanto, quando aplicados nas mídias sociais, os algoritmos codificam milhões de informações pré-estabelecidas, podendo modificar a forma como os usuários interagem entre si e com a própria plataforma.

Segundo Broussard (2018), citado por Silva (2021), os algoritmos, porém, não se criam sozinhos, visto que são "idealizados por pessoas, e pessoas incorporam seus vieses

inconscientes nos algoritmos" (SILVA, 2021, p. 132). Com isso, vê-se cada vez mais a ocorrência de atos de racismo algorítmico.

Algoritmos tendem a ser vulneráveis a características de seus dados de treinamento. Este é um recurso destes algoritmos: a habilidade de se adaptar face a *inputs* cambiantes. Mas a adaptação algorítmica em resposta aos dados fornecidos também apresenta um vetor de ataque por usuários mal-intencionados. Esta vulnerabilidade da dieta de dados em algoritmos de aprendizado é um tema recorrente (OSOBA, 2017 apud SILVA, 2021, p. 131).

Isso posto, percebe-se que o avanço das mídias sociais envolveu, em paralelo, outro fenômeno social, composto por manifestações de ódio que se estendem além do ambiente digital, gerando interferências na realidade do usuário – por trás da tela, continua sendo uma pessoa. O que antes era deixado para que o algoritmo diagnosticasse tornou-se um problema para os criadores das plataformas, que tiveram de agir junto a seus programadores para implementar ações de contingência ou eliminação de atos discriminatórios ou de ódio das mídias sociais (SILVA, 2021)

2.1. AS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO NA INTERNET

Entre os discursos de ódio mais recorrentes na internet, estão os praticados contra grupos da sociedade já frequentemente marginalizados e inferiorizados fora da esfera digital. No Brasil, registra-se que os discursos de ódio aumentam gradativamente com o passar dos anos: no caso do Facebook, foi apontado que casos de racismo passaram de 2.038, em 2011, para 11.090, em 2014 (SAFERNET, 2015 apud SILVA, 2021, p. 30)

Em vista de tais fatos, é importante explicitar: quando a internet começou a ser implementada em âmbito mundial, houve estudiosos defendendo que o novo formato de comunicação seria um ambiente "colour-blind", ou seja, onde diferenças raciais e étnicas seriam completamente insignificantes (TRINDADE, 2021). Entretanto, há autores que contrariam essa posição, visto que

[...] a web é um espaço onde tanto raça quanto racismo são particularmente significativos; e o maior capital econômico e cultural dos brancos lhes permite maior acesso a esta tecnologia. Este acesso mais facilitado significa também que este grupo racial consegue impor sua própria visão de mundo e crenças sobre si próprios e sobre 'os outros' a partir de uma perspectiva dominante e hegemônica. (LASTER, 2014, apud TRINDADE, 2021, p. 33)

A fomentação do discurso de uma internet "colour-blind" fortalece nas pessoas a crença de que internet e vida real não estão diretamente associadas e que uma não gera consequências para outros ambientes em que o indivíduo está inserido (TRINDADE, 2021).

Assim, pode-se fazer com que determinados grupos não sejam mais racistas pessoalmente ou fora das plataformas, mas se permite – ainda que involuntariamente – que eles disseminem manifestações de ódio pela internet.

Segundo Kolko (2000), citado por Trindade (2021), “raça é importante no cyber-espaço precisamente porque não podemos evitar de levar conosco nosso conhecimento, experiências de vida e valores pessoais quando nos conectamos” (TRINDADE, 2021, p. 33). Em paralelo a isso, tem-se que, assim como não é possível que pessoas negras ignorem a cor de sua pele ao ingressar em plataformas digitais, torna-se inverossímil que pessoas racistas não propaguem seu ódio on-line.

A discussão sobre como a Internet poderia ser uma representação da realidade iniciou-se entre 2000 e 2008, com o reconhecimento de um novo período do desenvolvimento comunicacional do planeta, o "Internet Studies" (SILVA, 2019). Os processos anteriores ficaram conhecidos, respectivamente, como "Founding Fathers" (1960-1984), por meio dos primeiros relatos e teorias sobre a computação; "Origens" (1984-1993), descrito como o período em que a comunicação começou a ser mediada pelos computadores; e Ciberculturas (1993-2000), que acompanha o início da disseminação da internet ao redor do mundo (SCOLARI, 2009 apud SILVA, 2019, p. 128)

No período correspondente ao que foi chamado de "Internet Studies", tem-se o debate sobre a interdisciplinaridade que envolve todos os processos digitais, como a criação e rápida expansão das mídias sociais. Isto posto, Hine (2000), em Silva (2019), retrata três atributos do cenário etnográfico digital, denominados de três E's: "embedded" (imersa); "embodied" (corporificada) e "everyday" (cotidiana). Essa proposição diverge de uma teoria apresentada por Hine, defendida no final dos anos 1990 e início de 2000, de que, na internet, haveria a separação entre o virtual e a realidade. Nessa perspectiva, os usuários poderiam criar personalidades e até mesmo identidades que se diferenciavam de quem eram na realidade (SILVA, 2019, p. 129)

Assim posto, chega o momento de inserir o objeto desta monografia no debate sobre as manifestações de ódio na internet. É possível perceber que o nome do autor entrou para os "trending topics" das mídias sociais nos últimos dois anos, desde o momento em que suas obras se tornaram de domínio público. Antes desse momento, eram vagas as discussões sobre a necessidade de alterar trechos das obras, talvez porque ainda não era permitido alterar algo de que se detinha autoria, mesmo que falecido, mas há outro aspecto a considerar. Assim

como na realidade, o efeito manada³ acontece comumente na internet. Com isso, basta um pequeno grupo de pessoas iniciar uma manifestação de ódio para que centenas e até milhares de pessoas tenham a mesma atitude.

A partir da abordagem de Lohmann (2015) sobre quem produz (e replica) manifestações na internet, é possível compreender a existência de vários grupos que se expressam na rede, e que se distinguem em subdivisões. Em primeiro lugar, existem críticos, jornalistas e estudiosos de diversas áreas, que possuem conhecimento teórico, técnico e histórico para argumentar sobre o contexto social em que viveu Monteiro Lobato, como ele se coloca em suas obras, e quais medidas devem ser tomadas nos dias atuais para: a) preservar a memória de um autor que, inegavelmente, tem até hoje grande importância para a literatura brasileira; e b) não propagar os discursos racistas presentes nas obras de Lobato, sem modificar o sentido que os livros infantis têm.

Nesse grupo, encontram-se os meios de comunicação jornalísticos, que possuem a função de passar para o leitor a informação. Essa é, obviamente, transmitida pela ótica do jornalista que está por trás da plataforma.

Pode-se entender então que uma cobertura jornalística, mesmo se produzida por jornalistas profissionais, não pode se encaixar em um modelo idealizado de “verdade absoluta”, mas apenas visto como uma versão do fato, um recorte de uma determinada situação sob um olhar específico (o do jornalista, ou da empresa noticiosa). Por se tratar de um relato, o jornalista se apresenta como um intermediário entre o fato e o leitor, e nesse papel sua simples presença torna esse relato uma visão interpretativa do fato. (LOHMANN, 2015, p. 111)

No segundo grupo, têm-se os usuários que encontram aleatoriamente as publicações sobre Monteiro Lobato, seja por conta dos algoritmos ou por interações feitas pelo indivíduo. Esse grupo, salvo poucas exceções, não possui qualquer embasamento sobre o racismo das obras de Monteiro Lobato, mas se utiliza da temática, seja da reportagem, artigo ou post, para propagar seus respectivos discursos de ódio. Vê-se que tais usuários atuam de maneira similar a jornalistas, pois "o mesmo acontece nas mídias sociais: o emissor da informação, seja ele quem for (um amigo, um completo desconhecido ou você mesmo), exerce conceitualmente o mesmo papel de intermediário entre o fato e o leitor" (LOHMANN, 2015, p. 111). Destarte, eles assimilam o título da publicação como a única verdade e não se abrem para os debates necessários, visto que nada pode ser afirmado como "apenas uma coisa, e ponto final".

³ A definição de "efeito manada" é referente ao comportamento presente no mundo animal, em que vários animais da mesma espécie se juntam para se protegerem. No que diz respeito aos seres humanos, o conceito faz alusão à tendência de indivíduos de seguirem um grande influenciador ou um grupo, sem que tenham refletido individualmente sobre a ação. (GRAGNANI, 2019)

É claro que quando essa versão é contada por outra pessoa como nós, isso humaniza e naturalmente promove uma maior sensação de realidade, de veracidade das informações. Mas é importante ressaltar que essa “sensação de real” não se traduz necessariamente em uma verdade, em uma representação fiel da realidade. Especificamente no caso das mídias sociais, a urgência pelo imediatismo que é cada vez mais exigido e a consequente verificação menos apurada das informações postadas exigem ainda mais atenção do leitor no consumo desse conteúdo e na construção das suas próprias verdades em relação aos fatos originais. (LOHMANN, 2015, p. 112)

Dessa forma, é posto que, sempre que um usuário curte, comenta, faz publicações ou compartilha algo, ele está (re)produzindo um discurso do que compreendeu sobre o assunto, independentemente de ser verdade ou não. É escolhido, então, o recorte que se deseja dar ao contexto, assim como a maneira pela qual a informação será propagada.

Dito isso, para que fosse possível atingir o objetivo da análise proposta neste trabalho, é necessário que seja traçado um percurso acerca do recorte a ser observado, sobre o cancelamento de Monteiro Lobato para que, em seguida, sejam analisadas as proposições específicas sobre o objeto.

2.2. CULTURA DO CANCELAMENTO

A expressão “Cultura do Cancelamento” não possui um ponto exato que marque sua criação, visto que, mesmo sendo aplicada, principalmente, nas mídias sociais da atualidade, existe há muito tempo. Pirani, advogado especialista em direito digital, defende que o surgimento da Cultura do Cancelamento data de muito tempo atrás, com outros nomes, e que era utilizada para "se referir a uma fala predatória, que gera uma onda imediata de boicote e repressão" (apud NEVES, 2021, s. p.).

Em entrevista a um portal de notícias, a comunicóloga e pesquisadora de comportamento Clara Fagundes disse que o ato de cancelar é um pensamento que pode soar como atual, mas que já vem de acontecimentos do passado. Para ela, "a gente tem entendido a Cultura do Cancelamento como algo da internet. Mas, pesquisando, na verdade, não. As pessoas têm prazer em julgar outras pessoas, em participar da ruína de outras pessoas se elas forem ‘vilãs’” (FAGUNDES apud PEREIRA; RICCI, 2021, s. p.)

A pesquisadora aponta que a Inquisição Católica, datada dos séculos V ao XV, era uma prática de cancelamento às mulheres que eram consideradas "bruxas". Naquela época, as pessoas pagavam com a própria vida ao serem queimadas publicamente e com audiência. Segundo a comunicóloga, a origem do termo "cancelar", utilizada para designar o ato, surgiu

a partir das relações de consumo nas sociedades atuais, visto que, quando um serviço ou produto não é satisfatório, o cidadão tem o direito de cancelar a contratação.

Na era hollywoodiana, o termo apareceu pela primeira vez com conotação voltada às pessoas no filme *New Jack City* (1991), ou *A Gangue Brutal* (em português). Na obra, após agredir uma namorada, um personagem fala que podem "cancelar" a mulher, pois ele "vai comprar outra" (PEREIRA; RICCI, 2021, s. p.).

Esse movimento se fortaleceu nas mídias sociais, à medida que elas facilitam a comunicação dos sujeitos com pessoas no mundo todo, mas criando a possibilidade de o usuário se esconder atrás de uma tela. Alessandro Ferreira da Silva (2021) define a expressão “cultura do cancelamento” como a ação de:

[...] expor um fato, geralmente por meio de alguma rede social e, em seguida, a depender de uma reação negativa das massas, o indivíduo ser rechaçado por esse público. Tendo em vista o significado de cancelar como tornar sem efeito, anular, eliminar, suspender, suprimir, podemos concluir que os efeitos dessa reação podem ser pesados. (SILVA, 2021, p. 95)

O poder auto atribuído a essas pessoas que, de certa maneira, se consideram juízes da Internet é demasiado perigoso, pois o ato de cancelar alguém não só incita a um confronto, como diminui a vontade de dialogar. Cancelar alguém pelos seus atos é ir além de ensinar sobre o erro e ter responsabilidade para que este não se repita: é uma tentativa de apagar, mesmo que virtualmente, a existência da pessoa “condenada”.

A Cultura do Cancelamento, como ação social, vem ganhando força desde 2017, difundida na Internet com o aumento das denúncias geradas pelo movimento #MeToo, fortalecido por celebridades norte-americanas que denunciavam assédios e abusos sexuais em Hollywood. Todos os anos, o dicionário australiano Macquarie (2019) faz um compilado com as expressões que mais causaram alguma mudança na sociedade. Em 2019, o termo “Cultura do Cancelamento” integrou o mapeamento, selecionado a partir da escolha do comitê interno do dicionário, que defendeu a escolha como "um termo que capta um aspecto importante do *Zeitgeist*⁴(de 2020) [...] uma atitude tão generalizada que agora tem um nome, a Cultura do Cancelamento da sociedade tornou-se, para o melhor ou para o pior, uma força poderosa"⁵. (COMMITTEE OF MACQUARIE DICTIONARY, 2020, s. p.) Atualmente, o dicionário define a expressão como

⁴ Segundo o portal on-line Meio & Mensagem (2014), *Zeitgeist* é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. Significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de determinado período.

⁵ A tradução foi feita a partir da plataforma online DeepL. Disponível em: <https://www.deepl.com/pt-BR/translator>.

[substantivo] as atitudes dentro de uma comunidade que exigem ou provocam a retirada do apoio de uma figura pública, tais como o cancelamento de um papel de ator, a proibição de tocar música de um artista, o afastamento das redes sociais, etc., geralmente em resposta a uma acusação de uma ação ou comentário socialmente inaceitável. (COMMITTEE OF MACQUARIE DICTIONARY, 2020)

O movimento também foi apoiado por outros famosos, assim como por pessoas anônimas, a fim de fomentar o debate sobre assuntos relevantes, como o racismo e a homofobia. Monteiro Lobato, por exemplo, não só foi um dos alvos do fenômeno do cancelamento, como continua em pauta nas discussões sobre o assunto. O caso, que é objeto desta análise, tem a aplicação de um cancelamento anacrônico, aplicado sobre um escritor já falecido. Marcelo Coelho (2021), colunista na Folha de São Paulo, já categorizou Lobato como um autor de "racismo delirante", ao apoiar que suas obras deveriam passar por uma adaptação, para que fossem excluídos quaisquer termos de cunho racista. Na mesma perspectiva, Marilene Felinto (2021), escritora de livros infantis, afirma que os livros de Monteiro Lobato são uma "aberração racista".

A questão tornou-se mais complicada após as obras de Monteiro Lobato se tornarem de domínio público. Isso significa que, após 70 anos da data de falecimento do escritor, suas obras passaram a pertencer a um acervo de acesso público, podendo ser acessadas, modificadas e atualizadas conforme decisões de outros escritores. Com isso, a inserção das obras em domínio público reacendeu uma indignação antiga de diversos escritores, críticos e até mesmo da neta de Lobato, Cleo Monteiro Lobato, que defende que as leituras sejam adaptadas.

As obras infantis de Lobato contêm expressões, frases e descrições que não podem passar, mas que servem para a abrir a discussão sobre o preconceito, entre outros temas. Não há mais espaço para piadas racistas, homofóbicas ou misoginistas. Para mim, não adiantava mais dizer apenas que eu não era racista, eu precisava me posicionar como antirracista. Por isso decidi manter o legado de Lobato vivo, e atualizá-lo para as próximas gerações. (LOBATO, 2021, s. p.)

A adaptação de obras racistas, por si só, pode não ser considerada uma censura à literatura brasileira. A situação torna-se um problema, porém, quando acredita-se que adaptar não se faz mais suficiente, ao se enxergar que apenas a exclusão das obras faria com que o racismo presente nelas fosse extinto, ato defendido na perspectiva do cancelamento.

A Cultura do Cancelamento impacta não só a imagem de Monteiro Lobato, considerado como um autor racista, já falecido, mas prejudica uma série de obras que até hoje possuem grande importância para a literatura brasileira, visto que é considerado mais aconselhável ajustar as obras ao momento atual do que debater seu conteúdo em salas de aula. Segundo artigo escrito por Thaís Ilhéu para o portal on-line Guia do Estudante,

“há quem defenda a cultura do cancelamento como meio de romper com a estrutura de poder que blinda pessoas privilegiadas na sociedade. Afinal, foi por meio dela que grupos minoritários conseguiram expor violações a direitos humanos e fazer sérias denúncias.” (ILHÉU, 2021, s. p.).

Isso dito, tem-se que a ação tornou-se, principalmente nas mídias sociais, um incentivo à prática de linchamento virtual, que se dá quando uma pessoa ou empresa tem uma atitude reprovada pela maioria. No que diz respeito a essa atitude, o ato de “cancelar” significa o mesmo que “apagar” o indivíduo do círculo social, ou das mídias a que ele está conectado.

Assim, pessoas famosas que foram canceladas perderam patrocínios e contratos para projetos que participavam, enquanto anônimos perderam seus empregos e até mesmo credibilidade. Entre os casos com maior repercussão, o mais recente é o da cantora Karol Conká, que ficou ainda mais conhecida após sua participação no Big Brother Brasil 21, reality show transmitido pela Rede Globo. Durante o confinamento, Karol foi duramente cancelada por ter tido ações e falas xenofóbicas, além de ter sido acusada de praticar abuso psicológico com seus colegas. A cantora, que não tinha conhecimento da extensão de seu cancelamento enquanto estava confinada, perdeu contratos, parcerias e até mesmo amigos, que se afastaram para não serem ligados à má fama que ela trouxe para si.

A imagem abaixo retrata um exemplo a ser considerado sobre o cancelamento sofrido por Karol Conká. A conta intitulada "Rejeição da Karol" pretendia, como forma de ataque à cantora, possuir mais seguidores que a mesma na mídia social Instagram, na tentativa de inferiorizar Karol não só na realidade, como também nas mídias sociais.

Figura 1 - Print do perfil no Instagram "Rejeição da Karol"



Fonte: Carta Capital (2021)

Taylor Swift, cantora norte-americana, também se viu cancelada durante uma fase de sua vida. Em 2009, quando ganhou o prêmio de Melhor Vídeo Feminino na premiação Video

Music Awards, Taylor viu Kanye West, cantor com a mesma cidadania que ela, invadir o palco em que estava e fazer uma série de apontamentos sobre a cantora não ser merecedora do prêmio. Muitos apoiaram a atitude, devido à denúncia implícita do cantor de que as premiações norte-americanas tendem a privilegiar cantores brancos. Em contrapartida, os que condenaram o momento também puniram West, cancelando-o por ter se comportado de forma machista, segundo tais pessoas.

A cantora, que recebeu inúmeros xingamentos nas mídias sociais, viu seu nome envolvido em uma hashtag que só subia em popularidade nas redes sociais, denominada “#TaylorSwiftIsCancelled” (Taylor Swift está cancelada, em tradução livre). A artista, inclusive, já se pronunciou sobre a maneira como a Cultura do Cancelamento a atingiu, em uma entrevista para a Revista Vogue.

Um envergonhamento público em massa, com milhões de pessoas dizendo que você está "cancelada", é uma experiência de isolamento. Não creio que haja muitas pessoas que realmente possam compreender o que é ter milhões de pessoas que te odeiam. Quando você diz que alguém é cancelado, não é um programa de TV. É um ser humano. Você está enviando grandes quantidades de mensagens para essa pessoa para calar a boca, desaparecer, ou algo que pode ser percebido como "se mate". (SWIFT apud VOGUE, 2019, s. p.)

Vê-se, então, a importância do questionamento acerca do impacto da Cultura do Cancelamento para a sociedade: é garantido que o cancelamento fará com que tais desigualdades e preconceitos cometidos deixem de existir? Sílvia Almeida (2020) discute que a Cultura do Cancelamento vai contra o que Aristóteles (385-323 A. C.) dizia ser “política”, pois, para o filósofo, ela deveria levar sempre em consideração a felicidade coletiva da população. Dessa forma, a política, na sociedade, deveria ser um espaço em que as pessoas pudessem expor opiniões próprias, discutir ideias e, por consequência, discordar também. Para Almeida, o ato de cancelar ignora completamente a possibilidade de educação, ao tentar apagar a existência do agente que gerou o erro.

Tanto o uso da força como a educação exigem responsabilidade. Por isso, a cultura do cancelamento é a antipolítica por excelência. É a recusa da educação e, mais ainda, do confronto. Seu único objetivo é negar a existência do outro. O cancelamento é o triunfo da irresponsabilidade. [...] O cancelado e o cancelador se unificam na irresponsabilidade moral e política. (ALMEIDA, 2021, s. p.)

Em paralelo à análise acima, John Stuart Mill, no livro “On Liberty” (1998), já colocava que o homem, quando dotado de suficientes capacidades intelectuais e de desenvolvimento, teria sua liberdade de expressão limitada quando esta se tornasse nociva para terceiros.

Ninguém pretende que as acções deveriam ser tão livres quanto as opiniões. Pelo contrário, mesmo as opiniões perdem a sua imunidade, se as circunstâncias nas quais são expressas são tais que a sua expressão constituiria uma instigação positiva a algum acto maldoso. [...] A liberdade do indivíduo deve ser muito limitada; ele não pode tornar-se nocivo para outros. Mas se evitar molestar os outros naquilo que lhes concerne, e se agir meramente de acordo com a sua inclinação e juízo em coisas que lhe concernem, as mesmas razões que mostram que a opinião deve ser livre provam também que lhe devia ser permitido, sem ser molestado, às suas próprias custas, levar as suas opiniões à prática (MILL, 1998, p. 62-63)

Ou seja, a Cultura do Cancelamento gera uma espiral de ignorância, pois, ao mesmo tempo em que uma pessoa se vê limitada de liberdade de expressão, por esta ferir alguém, o cancelador comete o mesmo erro, por inferir que sua opinião tem poder punitivo sobre as acções do cancelado.

A visão de Mill sobre o que ele denomina “Ditadura da Maioria” é baseada no fato de que a “assunção de infalibilidade” (MILL, 1998, p. 28) dos homens não é errônea, visto que possuir uma crença não é o que leva ao rompimento da liberdade de expressão. O homem se torna falível de sua liberdade quando toma decisões “*pelos outros*, sem lhes permitir ouvirem o que pode ser dito do lado contrário” (MILL, 1998, p. 28) e, principalmente, quando condena apenas as opiniões que forem contrárias às suas doutrinas.

Isso posto, tem-se que a cultura do cancelamento possui a capacidade de atingir não só a posição virtual de uma pessoa, como todo o contexto em que ela vive. Dessa forma, quando uma pessoa é considerada “cancelada”, ela perde o direito de se defender – no caso de pessoas que já faleceram, isso se mostra ainda mais prejudicial, visto que não existe qualquer possibilidade de defesa.

No que diz respeito à perspectiva jurídica, existe um limite entre a liberdade de expressão e o que atualmente é denominado como “Tribunal da Internet”. Assim, até mesmo o ato de cancelar alguém pode ser considerado crime, em decorrência do anonimato que muitos utilizam para se expressar na Internet e da falta do direito à resposta e defesa, que cabe a todos. No artigo 5º da Constituição Federal diz-se que

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; e X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (BRASIL, 1988)

Assim, tem-se que a própria Cultura do Cancelamento se mostra como algo a ser também cancelado, tendo em vista como afeta a sociedade e a maneira como as pessoas estão se relacionando, pessoal e virtualmente, à medida que condenam facilmente o que julgam errado, em vez de buscar aprender.

A criança que é cerceada de ler Monteiro Lobato, entre outros escritores, terá senso crítico para discernir que o que está escrito em várias daquelas páginas é algo errado? Na prática, excluir as obras de Lobato das leituras obrigatórias das escolas poderia fazer com que as discussões sobre o racismo se tornassem cada vez mais ausentes nos diálogos escolares, à medida que não se pode discutir aquilo que não é visto – nesse caso, aquilo que não é lido, pois o crime da prática do racismo ainda é cometido com frequência não só no ambiente escolar, como nas ruas e, até mesmo, dentro de casa.

Por um lado, tem-se a necessidade de debater sobre como a Cultura do Cancelamento pode afetar não só a memória do escritor Monteiro Lobato – e não apenas o sujeito –, como também o futuro da aplicabilidade das obras de Lobato nas escolas brasileiras. Por outro, há o apontamento sobre a presença de racismo nas obras do autor e um requerimento para que, se não retiradas do calendário de leituras escolar, sejam eliminados todos os trechos racistas ou que perpetuem qualquer tipo de preconceito.

Não é possível afirmar com certeza se Monteiro Lobato seria racista se vivesse atualmente, ou se utilizaria em novos textos o mesmo tom que há em suas obras. O que é possível de se afirmar é que a cultura do cancelamento não busca a retratação da imagem das pessoas que "erraram", estejam vivas ou já falecidas. O pretexto para cancelar alguém vem de uma determinação para apagar determinada pessoa, seja das mídias sociais, dos jornais ou, nesse caso, da literatura infantil.

Igualmente a Machado de Assis, Ziraldo⁶, Maurício de Sousa, Clarice Lispector, Ruth Rocha e uma infinidade de autores que marcaram e ainda marcam gerações de leitores, Monteiro Lobato refletiu em suas obras o contexto em que viveu, aprendizados e, de certa maneira, o que era "politicamente" correto abordar em sua época.

Por isso, é preciso compreender, em primeiro lugar, quem foi Monteiro Lobato, o que se busca no capítulo seguinte. Desse modo, será possível analisar as experiências de vida que o levaram a escrever cada obra e, por consequência, como o autor expressava em suas criações o racismo estrutural que se perpetua no Brasil até os dias de hoje.

⁶ Ziraldo, escritor e chargista renomado, já se envolveu em polêmicas em ato carnavalesco sobre censurar ou não a literatura brasileira. Em 2011, foi o responsável pela ilustração das camisetas do Bloco "Que Merda é Essa?", cujo desenho (Anexo 1) era de Monteiro Lobato abraçado a uma mulher negra. Ziraldo foi racista, ao dizer o contrário em entrevista para o jornal O Globo. "Para acabar com a polêmica, coloquei o Monteiro Lobato sambando com uma mulata. Ele tem um conto sobre uma neguinha que é uma maravilha. Racismo tem ódio. Racismo sem ódio não é racismo. A ideia é acabar com essa brincadeira de achar que a gente é racista" (CARVALHO, 2011).

3. MONTEIRO LOBATO E O RACISMO ESTRUTURAL

O ato de ler vai além de compreender as letras escritas no papel, pois se trata de absorver também os aspectos que circundam a literatura: a história, a sociedade, a política etc. (LAJOLO, 1998). Por isso, debater sobre os papéis assumidos pelos negros em obras de Monteiro Lobato não só auxilia na compreensão de qual foi a realidade vivida pelo autor, mas apresenta outras perspectivas sobre a literatura brasileira.

Assim como nas obras atuais, em que todos os conteúdos podem virar objeto de análise, é preciso observar o percurso ideológico que vem sendo traçado ao longo das décadas no país (YUNES, 2018). Adaptar, corrigir ou apagar? Talvez o melhor caminho seja explorar novamente as páginas das obras de Lobato, quantas vezes forem necessárias e, a partir daí, discutir sobre o racismo, sobre os preconceitos estruturados dentro da sociedade e o que foge do respeito com o próximo.

Primeiramente, porém, é preciso saber quem foi Monteiro Lobato e as direções que o moldaram como o escritor que conhecemos hoje. Dessa forma, entende-se que será possível compreender a existência do racismo estrutural no Brasil até os dias atuais, como ele foi ilustrado nas obras de Lobato e o que levou ao cancelamento póstumo do autor.

3.1. MONTEIRO LOBATO: O ESCRITOR

Segundo dados do dicionário de verbetes biográficos sobre o escritor Monteiro Lobato, da Fundação Getúlio Vargas, José Bento Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, na cidade de Taubaté, interior de São Paulo. O escritor, descendente de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Monteiro Lobato, foi registrado como José Renato, mas adotou o nome do pai após receber como herança uma bengala que pertenceu ao genitor (FERREIRA, s. d.). Sua mãe e tio eram frutos de um relacionamento extraconjugal de Anacleta Augusta do Amor Divino, sua avó, e o Visconde de Tremembé. Anacleta recebeu o reconhecimento como filha e Lobato, por consequência, foi reconhecido como neto – mesmo com o estigma da época de que eram "bastardos" (SELKE, 2012).

Monteiro Lobato era de uma família com posses, fossem financeiras ou de terras. Por parte de pai, os maiores bens eram as fazendas de café localizadas no Vale do Paraíba. Enquanto isso, seu avô materno, o barão – e futuramente Visconde de Tremembé – José Francisco Monteiro, detinha não só inúmeras propriedades, como também era abastado financeiramente. (FERREIRA, s. d.)

Ainda em sua cidade natal, Lobato escreveu os primeiros artigos de sua carreira, sob o pseudônimo Josbém, os quais foram posteriormente publicados no Jornal Estudantil "O Guarani". Mudou-se para a cidade de São Paulo em 1896, para concluir os estudos preparatórios no Instituto de Ciências e Letras, onde ganhou visibilidade pela atividade nos jornais "O Patriota" e "A Pátria" e em sociedades literárias das quais fez parte. (FERREIRA, s. d.)

Após o falecimento dos pais, o jovem Monteiro Lobato passou a morar com seu avô materno. Entretanto, o progenitor não aceitou que Lobato estudasse na Escola de Belas-Artes, incentivando-o a estudar na Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo exposto na biografia escrita por Edgard Cavalheiro, "(...) naqueles tempos, para uma família tradicional, o caminho mais nobre, mais digno, mais de acordo com todas as aspirações, era o de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais" (CAVALHEIRO, 1956, p. 57). Segundo ele, Lobato ingressou na faculdade, mas tinha as atenções voltadas para as atividades do Grêmio Literário, fundando, com colegas, a Associação Literária "O Cenáculo".

Ainda durante a faculdade, Monteiro Lobato já causava insatisfação com suas obras em grupos da sociedade. O romance "Os Lambe-Feras", inspirado em "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, teve apenas o primeiro capítulo – de um total de 106 – publicado no Jornal O Povo, da cidade de Caçapava. (SELKE, 2012). Isso ocorreu por conta da resposta dada pela Igreja Católica e da repercussão entre os leitores do jornal, revoltados por Lobato ter representado os padres da época como "homens que são mulheres pelo vestuário, se assemelham a suínos e ervas daninhas" (LOBATO, 1961, p. 67).

Outra polêmica se pauta na leitura que Lobato fez, durante a faculdade, de obras de Gustave Le Bon, considerado racista. Foi a partir dessas obras que Monteiro Lobato se propôs a analisar a realidade brasileira da época. Essa análise seria, posteriormente, publicada como o artigo "Velha Praga" (1918). (SELKE, 2012).

Ele voltou para Taubaté após terminar o curso, em 1904. Lá, trabalhou na produção de artigos para o Jornal de Taubaté – não durou muito, visto que assumiu o cargo de Procurador Interino da cidade, em 1906, e logo mudou-se para Areias, em São Paulo. Lá, casou-se com Maria Pureza Natividade, com quem teve quatro filhos. Na cidade de Areias, foi responsável pela tradução de textos do "Weekly Times" para "O Estado de São Paulo". Entretanto, sua vontade era sair da cidade em que residia e viu uma chance na colaboração com os jornais "A Tribuna", de Santos, e o "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro – na época, capital do Brasil. (FERREIRA, s. d.)

Em 1914, publicou a produção "Velha Praga" no jornal O Estado de São Paulo, em que relatava suas maiores dificuldades como mantenedor de uma fazenda. O artigo recebeu uma continuação também publicada, com o título de "O caboclo e o urupê do pau podre que vegeta no sombrio da mata", no qual descrevia os caboclos⁷ que trabalhavam em sua propriedade. Foi assim que Monteiro Lobato criou o famoso personagem, Jeca Tatu, conhecido por ser "indolente, ignorante e preguiçoso, responsável pelo fracasso do fazendeiro" (FERREIRA, s. d.)

O fracasso como produtor rural, unido ao êxito de seus artigos publicados, impulsionou Monteiro Lobato a vender a propriedade em que vivia, em 1917, e a mudar-se para São Paulo. Na capital paulista, continuou produzindo para O Estado de São Paulo e ingressou em outros periódicos. Em 1918, comprou uma das organizações para as quais trabalhava, a Revista do Brasil, criada, a princípio, como um periódico com teor mais nacionalista, com o propósito de desenvolver tal consciência na população. Foi no mesmo ano que Monteiro Lobato lançou seu primeiro livro, uma coletânea de artigos e contos já escritos, como o Urupês, que deu o nome à obra. (FERREIRA, s. d.)

A renda da publicação de suas primeiras obras deu abertura para a fundação da Editora Monteiro Lobato, ainda em 1918. A empresa, que publicava livros de autores novos, como Oswald de Andrade, Ribeiro Couto e Menotti del Picchia, tomava quase todo o tempo de Lobato, fazendo com que ele deixasse de lado suas aspirações literárias. (FERREIRA, s. d.)

Foi em 1921 que ocorreu o lançamento de sua primeira obra infantil, "A menina do narizinho arrebitado", que teve mais de 50 mil exemplares vendidos. Com isso, o escritor produziu outras obras, como "O Saci" (1921) e "O marquês de Rabicó" (1922). Entretanto, a Editora acabou indo à falência em 1925, devido às paralisações ocorridas nas atividades econômicas da capital paulista e a alterações na política econômica do governo de Artur Bernardes. (FERREIRA, s. d.)

Lobato mudou-se para o Rio de Janeiro e, com outros autores, fundou a Companhia Editora Nacional. Com a posse do presidente Washington Luís, Monteiro Lobato foi nomeado Adido⁸ Comercial do Brasil nos Estados Unidos da América, por meio de influências de Alarico da Silveira, na época, secretário da Presidência. Almejando trazer o progresso

⁷ De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2018), Caboclo é o "nome que se dá no Brasil aos nativos mestiços de brancos com índios, cujos traços físicos incluem pele acobreada ou morena e cabelos escuros e lisos."

⁸ Segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (2021), Adido é o cargo referente ao "funcionário diplomático que trata de assuntos ou interesses especializados numa embaixada ou legação".

americano para terras brasileiras, ele vendeu todas as suas ações na Companhia Editora Nacional e usou o capital para investir na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Com a quebra da bolsa, em 1929, Lobato perdeu todo o seu patrimônio. (FERREIRA, s. d.)

A situação fez com que Monteiro Lobato voltasse a produzir obras literárias, além de traduções e adaptações de obras infantis. Durante alguns anos, dedicou-se à defesa e investimento da exploração de petróleo, negócio que também não lhe gerou lucros. Com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, voltou-se novamente à literatura. Nesse período, escreveu "Histórias de tia Nastácia", "Os serões de Dona Benta" e "O poço do Visconde". Pouco tempo depois, em 1939, lançou "O minotauro" e "O Pica-Pau Amarelo: o sítio de dona Benta, um mundo de verdade e mentira". (FERREIRA, s. d.)

Monteiro Lobato sofreu um espasmo vascular em abril de 1948, que prejudicou sua capacidade mental, vindo a falecer em 4 de julho do mesmo ano, em São Paulo. Além das obras citadas, Lobato produziu outras dezenas de obras, além de contos e artigos publicados em jornais e periódicos. (FERREIRA, s. d.)

Como determinado na legislação brasileira, as obras de um artista entram para o domínio público 70 anos após seu falecimento. Monteiro Lobato faleceu em 1948 e, por isso, suas obras tornaram-se de domínio público em 1º de janeiro de 2019, podendo passar por modificações e sendo livres para serem exploradas comercialmente. Isso ocorre, pois, segundo a Convenção de Berna, o prazo mínimo de proteção ao direito autoral do autor deve ser de 50 anos após sua morte. No Brasil, as obras entram em domínio público 70 anos após a morte do autor, com exceção de produções fotográficas, audiovisuais e coletivas, que se tornam de domínio público 70 anos após sua publicação. De acordo com essa legislação, qualquer obra que seja de domínio público pode ser utilizada por qualquer pessoa, sem a obrigatoriedade de autorização ou pagamentos. (FIOCRUZ, s. d.)

3.2. A EXPRESSÃO DO RACISMO E A FIGURA DO NEGRO PARA MONTEIRO LOBATO

Na literatura infantil brasileira, não são raras as obras que retratam o negro de maneira inferior e estereotipada. Indo além, é possível citar várias ocorrências na história em que autores sofreram com o “embranquecimento” ou até mesmo a exclusão. Machado de Assis talvez seja o melhor exemplo, com as inúmeras tentativas de criar a imagem de que o autor de "Memórias Póstumas de Brás Cubas" era branco. Machado de Assis era filho de um pintor

negro e uma lavadeira branca, que passou por "truques de luz que afinariam seus traços para não parecerem africanos" (MEIRELES, 2019).

Outro caso de exclusão de um autor negro é o de Rosa Maria Egípciacca (1719-1778), que foi trazida da Costa do Marfim para o Brasil por meio do tráfico negreiro. Rosa Maria era autodidata e escreveu a obra "Sagrada Teologia do Amor Divino das Almas Peregrinas", conhecida como a obra mais antiga do Brasil a ser produzida por uma mulher negra. A produção foi considerada herética pela Igreja Católica, sendo destruída pela Inquisição Portuguesa (MEIRELES, 2019).

Nas obras de Monteiro Lobato, o negro faz parte de suas histórias, delimitado segundo o contexto sociocultural em que o autor viveu. Talvez uma das obras mais marcantes seja "Histórias de Tia Nastácia", publicada em 1937. A representação do negro para Monteiro Lobato é fortemente reproduzida na personagem de Tia Nastácia, uma mulher negra que possui uma relação de enorme carinho com a família para a qual trabalha.

A primeira aparição do termo "negra" na obra ocorre em uma fala de Pedrinho, logo no início da leitura. A frase é recitada após o surgimento do interesse de Pedrinho pelo folclore, expressão elucidada por Dona Benta como: "folk quer dizer gente, povo; e lore quer dizer sabedoria, ciência. Folclore são as coisas que o povo sabe por boca, de um contar para o outro, de pais a filhos" (LOBATO, 1995, p. 6).

— Uma idéia que eu tive. Tia Nastácia é o povo. Tudo que o povo sabe e vai contando, de um para outro, ela deve saber. Estou com o plano de espremer tia Nastácia para tirar o leite do folclore que há nela. [...] — As negras velhas — disse Pedrinho — são sempre muito sabidas. Mamãe conta de uma que era um verdadeiro dicionário de histórias folclóricas, uma de nome Esméria, que foi escrava de meu avô. Todas as noites ela sentava-se na varanda e desfiava histórias e mais histórias. Quem sabe se tia Nastácia não é uma segunda tia Esméria? — Foi assim que nasceram as Histórias de Tia Nastácia. (LOBATO, 1995, p. 6 e 7)

À medida que a história de Lobato se desenvolve, os leitores de Tia Nastácia tornam-se cada vez mais incrédulos perante a veracidade dos contos e, de algum modo viram antagonistas à personagem que está recitando. Nesse cenário, tem-se que as falas não são racistas, visto que duvidam das verdades que a mulher conta, mas sem diminuí-la como pessoa e tão menos referindo-se à cor de sua pele. Todavia, esse questionamento não é direcionado a Dona Benta nos momentos em que a matriarca conta suas versões de fábulas infantis.

Em 44 capítulos, cada um reservado para uma história própria, Lobato apresenta poucos personagens fenotipicamente negros e, quando o faz, eles raramente possuem nome próprio. Normalmente, personagens negros de obras escritas no período que se estende do fim

da escravidão aos anos seguintes são referidos com "termos pejorativos endereçados aos negros" (EISENBERG et al, 2013, p.89), como "a negrinha", "o mulato", etc. e recebem personalidades exageradas, "com o intuito de marcar animalidade e falta de racionalidade" (EISENBERG et al, 2013, p.89), representados pela cor da pele ou demais características físicas. (EISENBERG et al, 2013, p.89)

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (MEC, BRASIL, 2005, p. 21)

Além disso, o termo "mulato", utilizado em algumas obras para se referir a pessoas com descendência africana, é etimologicamente preconceituoso, visto que deriva de "mula", animal comumente criado para ser empregado em meios de trabalho pesados e nascidos estéreis. Essa análise parte de Jorge Hilton, doutorando em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o qual relata que o Racismo Científico, pregado em meados do século XIX, tratava os negros como "mulatos" na tentativa de inferiorizá-los intelectualmente, como sujeitos esteréis de intelecto. Hilton descreve a teoria na composição de "Quadro Negro", música da banda Simples Rap'ortagem, lançada em 2004 com o intuito de fomentar a valorização da identidade negra.

Analise os termos que deixaram pra gente / Entre pardo e mulato qual o mais indecente? / Qual o menos prejudicial? / Ter a identidade de mula ou de pardal / Mas pera aê, veja que pirraça / Pardal não é aquele passarinho que não tem raça? / Que perambula pelas praças, dizem sem valor / Pássaro sem vocação pra cantor / Vira-lata, a mula é um animal / Mão de obra barata, estéril, irracional / Só serve para o trabalho, mas não para produzir / E aí cumpade, tu se encaixa mesmo aqui? / Nem parda, nem mulata eu me defino politicamente (SIMPLES RAP'ORTAGEM, 2004, 8'23" a 9'12")

Esses, dentre tantos outros termos, são considerados racistas e pejorativos, pois carregam traços de uma época em que existia a crença de que os brancos eram uma raça superior e os negros apenas uma mercadoria a ser utilizada descartada. A época descrita é a mesma em que Monteiro Lobato nasceu, ao fim da escravidão.

Cabe lembrar que Lobato era branco e de uma família elitista e tradicional, que reproduzia inúmeros hábitos das pessoas brancas descritas da época. Além disso, foi alfabetizado em casa, por um professor particular e migrou seus estudos para uma escola particular apenas aos sete anos. Daí, vê-se que passou parte da infância sem maiores convivências a não ser com a família, fato que gerou influência em sua formação intelectual. (BARBOSA, 2016, p. 19)

Como todo autor, Monteiro Lobato colocava um pouco de si em cada personagem que criava e, com a boneca de pano Emília, não seria diferente. A personagem é popularmente conhecida por ser franca no que diz, espontânea ao extremo e por não pensar antes de falar. Quem já leu os livros de Lobato em que Emília aparece ou, até mesmo, assistiu aos filmes, desenhos e demais produções baseadas em suas obras sabe que a boneca tem como principal marca de sua identidade a desobediência e uma certa necessidade de contrariar a hierarquia em que convive – tal fato é evidenciado em algumas falas de Emília no livro "Histórias de Tia Nastácia".

— Pois cá comigo — disse Emília — só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras — coisa mesmo de negra beçuda, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto... (LOBATO, 1995, p. 19)

Em um momento anterior à citação acima, ainda na obra "Histórias de Tia Nastácia", Monteiro Lobato apresenta explicitamente os dois lados do racismo estrutural do Brasil. Em primeiro lugar, há Tia Nastácia, personagem negra; e, em outra perspectiva, há Dona Benta e as crianças, criadas dentro da realidade do que era considerado moderno na época. Nesse momento, Lobato expõe a diferença entre os dois mundos: brancos que são alfabetizados e "cultos", e negros analfabetos, ou semianalfabetos, que aprenderam e repassaram o que sabem a partir da linguagem oral.

— E esta! — exclamou Emília olhando para dona Benta. — As tais histórias populares andam tão atrapalhadas que as contadeiras contam até o que não entendem. Esses versinhos do fim são a maior bobagem que ainda vi. Ah, meu Deus do céu! Viva Andersen! Viva Carroll!

— Sim — disse dona Benta. — Nós não podemos exigir do povo o apuro artístico dos grandes escritores. O povo... Que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler sabem e que outra coisa não fazem senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulteradas ainda.

— Outra coisa que noto nessas histórias, vovó — observou Narizinho — é que não dispensam reis e rainhas e príncipes e princesas encantadas. Por que é assim?

— Essas histórias, minha filha, vieram de Portugal, e são dum tempo em que em todos os países do mundo só havia reis. Isso de presidentes de república é coisa moderna. São histórias dos tempos dos reis. E para a imaginação do povo os reis, as rainhas e os príncipes eram a coisa mais maravilhosa que havia. Hoje tudo está mudado. Cada vez há menos reis, a não ser nos baralhos. E já não há aquele "cão", que quando via um rosário rebentava num grande estouro e fedia enxofre. O povo é muito conservador, de modo que as histórias que de pais a filhos a gente do povo conta são corocas, vêm do tempo da Idade Média, quando não existiam jornais nem livros. (LOBATO, 1995, p. 18 e 19)

Ao deixar explícitas para o leitor as diferenças de oportunidades e experiências entre negros e brancos, Monteiro Lobato aumenta o abismo entre os dois grupos. Nos dias atuais, tais colocações podem levar ao questionamento do racismo estrutural presente no país, seja por meio da leitura de adultos, seja por debates em escolas, que se fazem extremamente necessários. Entretanto, na época em que as obras foram lançadas, a discussão era quase inexistente e, ao expor mais desvantagens de um lado que de outro, Lobato pode ter influenciado inúmeros leitores a "escolher" o lado mais agraciado pela história.

Ana Paula Silva Barbosa (2016), especialista em Gênero e Diversidade na Escola, esclarece sobre como a comparação entre dois grupos de pessoas, enaltecendo um enquanto inferioriza o outro, pode induzir os leitores que ainda não possuem um senso crítico formado, como crianças, a escolherem o que lhes parece mais bonito e convidativo.

(...) na fala de Dona Benta, vê-se a comparação da cultura do povo, negra, à idade Média. A personagem desmerece a presença de reis e rainhas nas histórias, comparando-as à modernidade de presidentes da república. Enfatiza também a ausência de alfabetização na idade média, e retrocede a figura de Tia Nastácia ao medievalismo. Desmerece o papel do negro na sociedade que busca a modernidade, pois subentende em suas palavras a incompetência do negro diante de mudanças necessárias para a evolução. Dona Benta é uma velha sábia, Narizinho uma linda e educada menina e Emília uma boneca, uma ilusão, que ganha vida. Personagens encantadores para qualquer criança. Tia Nastácia é caracterizada em sua ignorância e inutilidade social. Qual personagem encantará mais uma criança? (BARBOSA, 2016)

Outra obra renomada de Monteiro Lobato, "Caçadas de Pedrinho", foi apontada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) como uma produção com trechos racistas (BRASIL, 2010). Ao incluir a obra no Programa Nacional Biblioteca nas Escolas (PNBE), que visa distribuir obras infantis para escolas de ensino fundamental (BRASIL, 2008), a decisão foi repreendida pelo Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), com a liberação de um mandado de segurança para que a produção não fosse enviada para as instituições de ensino (BRASIL, 2014). O trecho a seguir é um dos apontados como prejudiciais à formação social e cultural das crianças: "Sim, era o único jeito — e Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros" (LOBATO, 2019, p. 37 e 38).

Ao mesmo tempo em que Monteiro Lobato reflete um caráter racista por meio de seus personagens, ele utiliza os mesmos instrumentos para expor seu desagrado com o racismo.

Só não compreendo como Deus fez uma criatura tão boa e prestimosa nascer preta como carvão. É verdade que as jaboticabas, as amoras, os maracujás também são pretos. Isso me leva a crer que cor é uma coisa que só desmerece as pessoas aqui neste mundo. Lá em cima não há essas diferenças de cor. Se houvesse, como havia

de ser preta a jaboticaba, que para mim é a rainha das frutas? (LOBATO apud DE FIORE, 2013. p. 68)

“E este olho que enxerga, mas não vê transparece aqui e ali em Lobato. Essa duplicidade semiconsciente faz com que na sua obra infantil (...) ele rejeite explicitamente o racismo” (DE FIORE, 2012). Como Ottaviano de Fiore aborda sobre "Caçadas de Pedrinho", esse sentimento contraditório de Monteiro Lobato aparece em outras obras, ao mesmo tempo em que, nas "Histórias de Tia Nastácia", Emília utiliza o termo "beijuda" e Narizinho logo a repreende. Momentos depois, o narrador repete o termo racista, em duas visões de mundo que se afastam e se aproximam simultaneamente.

Dito isso, é preciso chegar ao momento em que é analisado o contexto histórico em que Monteiro Lobato foi criado e ao momento temporal de cada obra em que o racismo era tratado e visto como algo natural. Lobato foi um autor que viveu e escreveu ativamente durante a fase modernista e suas obras tiveram – e ainda têm – enorme importância para a literatura e a cultura brasileiras.

Todavia, é preciso rever de que maneira essa relevância será dada atualmente, em vez de repetir os aplausos e erros do passado. Para isso, é importante que o porquê do cancelamento de Monteiro Lobato seja compreendido, e o primeiro passo é analisar o que é o racismo estrutural presente no Brasil desde a época escravocrata.

3.3. RACISMO ESTRUTURAL

Definir o que é raça, etimologicamente, é um trabalho difícil e de certa maneira controverso. Pode-se dizer que existem várias definições que se relacionam ao longo do tempo. Maria Manuela Mendes (2012) aponta que a origem de raça advém do termo latino "ratio", que, quando analisado segundo realidades biológicas, significaria a ordem cronológica que determinadas coisas devem seguir. Assim, define que raça pode ser assimilado como "um conjunto de traços biológicos e psicológicos que interligam ascendentes e descendentes numa mesma linhagem" (MENDES, 2012, p. 102).

A princípio, é possível perceber que “raça” nunca esteve no papel de segregadora, visto que os objetos de análise eram divididos segundo as características físicas, sem categorizar em sistemas de inferiorização ou superiorização. Para Sílvia Almeida (2019, p. 18), raça "sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos". Entretanto, essa

percepção de utilizar divisões de raça para construir contrastes entre diferentes sociedades ou povos data, aproximadamente, do século XVI. (ALMEIDA, 2019)

Segundo o Dicionário Michaelis (2021), raça é a "divisão dos vários grupos humanos, diferenciados uns dos outros por caracteres físicos hereditários, tais como a cor da pele, o formato do crânio, as feições, o tipo de cabelo etc., embora haja variações de indivíduo para indivíduo dentro do mesmo grupo." (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2021, s. p.). Entretanto, o uso do termo no contexto de separar indivíduos de acordo com seus fenótipos tornou-se recorrente no século XVIII, quando, explicitamente, era utilizado para diferenciar os seres humanos por suas características, a exemplo da cor de pele. (MENDES, 2012)

Nessa questão, Almeida (2019) afirma que não se pode dar apenas uma definição para o que é raça, pelo fato de o termo estar em constante diálogo com contextos históricos. Por isso, em sua visão, para analisar o que significou raça em determinado período, é preciso observar também as conjunturas da época.

No momento em que a expansão comercial burguesa, junto à cultura renascentista, sai da Europa e alcança outros continentes, é criada a ideia de que os europeus seriam os humanos universais, ou seja, o idealismo de perfeição (ALMEIDA, 2019). Dessa maneira, todos os povos e sociedades que não dividissem as características culturais dos europeus seriam considerados versões menos avançadas.

A compreensão acerca do que é raça deriva do que a filosofia moderna definiu como sendo o homem. "O homem do iluminismo não é apenas o sujeito cognoscente do século XVII celebrizado pela afirmação cartesiana *penso, logo existo*: é também aquilo que se pode conhecer; é sujeito, mas também objeto do conhecimento" (ALMEIDA, 2019, p. 18-19). Ou seja: a partir desse momento, o homem passaria a ser analisado por suas características, fossem elas biológicas, sociais, mentais e linguísticas. Daí, surgem as noções de diferenciação entre os homens civilizados (europeus) e primitivos (não-europeus).

O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*. (ALMEIDA, 2019, p. 19)

O ser humano passa a ser encarado não mais como objeto filosófico, mas como objeto científico. Segundo Almeida (2019), foi a partir desse período que os povos começaram a ser divididos conforme a visão do determinismo geográfico e biológico. Seria possível explicar e defender que indivíduos nascidos com a pele não-branca e em territórios de clima quente, teriam maior predisposição a se tornarem pessoas imorais, com comportamentos semelhantes ao que é conhecido como primitivo. Dessa maneira, os colonizadores eram ainda indicados a não ter relações sexuais com pessoas não-brancas, a fim de evitar a mistura com uma raça considerada inferior.

Assim, chega-se ao conceito de racismo. Almeida (2019, p. 22) define racismo como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam".

Entretanto, há uma diferença entre racismo, preconceito racial e discriminação racial. No que diz respeito ao preconceito racial, pode-se dizer que ocorre quando um indivíduo é julgado a partir de estereótipos do grupo ao qual pertence, a exemplo de pessoas que atravessam a rua ao ver uma pessoa negra caminhando na direção contrária, por considerar que todos os negros são perigosos. (ALMEIDA, 2019)

A discriminação racial, todavia, decorre de uma situação em que a pessoa pertencente a um grupo, a exemplo dos negros, é tratada de modo diferente e inferiorizado por conta da cor de sua pele. É o caso de pessoas negras que entram em lojas e são seguidas por seguranças, enquanto as brancas possuem livre acesso às dependências do lugar. A discriminação também pode ser positiva, ainda que ocorra em números menores, como exemplo de ações afirmativas criadas para diminuir as diferenças sociais entre brancos, negros e indígenas, voltadas para auxiliar grupos marginalizados da sociedade. (ALMEIDA, 2019)

O racismo é a materialização da discriminação racial, em que são desenvolvidos padrões de inferiorização que se colocam sobre indivíduos negros, a fim de segregá-los fisicamente (ALMEIDA, 2019). Isso posto, temos três concepções de racismo abordadas por Sílvio Almeida (2019): Individualista, Institucional e Estrutural. Para esta análise, será observada apenas a compreensão acerca do Racismo Estrutural.

O longo período do sistema escravocrata gerou não só no Brasil, como no mundo todo, uma herança racista que perdura até hoje, transmitida individual e coletivamente através das gerações, a partir das raízes que foram construídas no passado. "No caso do racismo, a herança está em todas as relações que foram construídas durante anos na sociedade com base na crença equivocada de inferioridade das raças escravizadas, incluindo costumes, valores e

comportamentos." (PAES, et al. 2021, s. p) A escravidão aconteceu, aliás, pela crença de que determinados grupos eram inferiores a seus colonizadores.

No Brasil, a Lei Áurea foi a responsável pela abolição da escravatura, em 1888, mas não ofereceu meios para que os negros tivessem qualidade de vida, direitos fundamentais e respeito perante a sociedade. Não foram criadas políticas públicas que garantissem os direitos dos negros, além da reintegração deles na estrutura social. É possível ver que, desde então, grupos discriminados nunca tiveram as mesmas oportunidades e recursos que as pessoas brancas, sendo excluídos continuamente à oferta de direitos básicos a que todos devem ter acesso. Desse modo, vê-se que a sociedade sempre foi gerida sobre bases racistas e de desigualdade, o que fez com que tal herança perdurasse até os dias atuais.

As instituições sociais são responsáveis por gerir e manter a ordem social e, quando estas atuam prioritariamente a favor de um grupo, é certo que a sociedade irá repetir os mesmos atos. "As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista." (ALMEIDA, 2019, p. 31) Desse modo, é preciso que as instituições intervenham no problema, em vez de reproduzi-lo.

Além disso, combater o racismo não se trata apenas de representatividade. A presença de mais pessoas negras em empresas, escolas e outros ambientes não significa que o racismo deixará de existir ou, até mesmo, de ser reproduzido pelas instituições. "A ação dos indivíduos é orientada, e muitas vezes só é possível por meio das instituições, sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade, como as questões de ordem política, econômica e jurídica." (ALMEIDA, 2019, p. 32-33) Ou seja, o racismo estrutural transcorre do formato pelo qual as estruturas sociais funcionam, em que consideram normal o tratamento discriminatório perante determinados grupos. Assim, os comportamentos produzidos e reproduzidos pela sociedade acabam não sendo a exceção, e sim a regra, partindo de uma reprodução sistêmica de atitudes que ocorrem desde a época do colonialismo, e que foi inserida nas sociedades como um formato de tradição.

O racismo estrutural, dessa maneira, é fruto de um processo histórico e político, a partir de circunstâncias que discriminam grupos raciais sistematicamente. Por isso, ainda que o racismo seja responsabilizado, não é o bastante, visto que a estrutura da sociedade reproduz comportamentos e ações racistas, permitindo que ela continue uma "máquina produtora de desigualdade racial" (ALMEIDA, 2019, p. 34).

A Lei nº 7.716/1989, que condena a prática do racismo como crime, foi criada apenas em 5 de janeiro de 1989. Até essa data, não havia punições para quem praticava racismo no Brasil. Como já dito neste trabalho, Monteiro Lobato nasceu em meio ao processo que levou ao fim da escravidão e suas obras reproduziram ações que, até aquele momento, ainda eram consideradas "aceitáveis" e normais. Por isso, é preciso analisar o racismo presente nas obras segundo o contexto histórico e social em que Lobato viveu em vez de cancelá-lo, ignorando tal conjuntura.

3.4. RACISMO ESTRUTURAL E O CANCELAMENTO DE MONTEIRO LOBATO

As obras de Monteiro Lobato foram escritas no século passado, mas as discussões acerca do conteúdo delas se fortaleceram nos últimos anos, principalmente, após terem se tornado de domínio público. Dentre todas as produções de Lobato, o livro "Caçadas de Pedrinho" foi o principal apontado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por ter trechos racistas.

A obra, assim como outras do escritor, apresenta trechos que ferem a honra e o respeito de pessoas negras, direcionados principalmente à personagem Tia Nastácia. Em determinadas passagens, Tia Nastácia é, inclusive, comparada a animais comumente utilizados em comparações proferidas em falas racistas.

Dessa forma, é preciso levar em consideração a quantidade de notas de repúdio e manifestações atuais contra o conteúdo das obras de Lobato. A leitura e veiculação desses livros pode, conforme expõe, prejudicar o desenvolvimento intelectual e psicológico das crianças negras, pois podem se sentir representadas e diminuídas ao ver o tratamento dado às personagens. Além disso, a presença de racismo pode incentivar que outras crianças repitam os mesmos atos.

Por outra perspectiva, há também a liberdade de expressão e intelectual do escritor, que deve ser respeitada, como determinado pela Constituição Federal de 1988, no art. 5, IX: "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (BRASIL, 1988, s. p.).

Mas, será que isso é razão para que o racismo nas obras de Lobato seja ignorado e deixado como está? À primeira vista, pode-se considerar que cabe às frentes governamentais e educacionais o dever de esclarecer situações racistas em escolas, para as crianças compreendam por que o racismo é errado, desde a escravidão aos dias atuais, assim como os efeitos que se estendem até o presente, direcionados aos negros continuamente.

Não se sabe até qual momento os direitos da liberdade de expressão e intelectual do autor podem ir a ponto de interferir na imagem do negro em sua obra e na questão racista, que estão estreitamente ligados à dignidade, à imagem e à honra da pessoa humana. (NEVES, ZAGANELLI, 2016, p. 748)

O cancelamento não parte apenas de críticos, mas, principalmente, de leitores que estão presentes, diariamente, nas mídias sociais. Nesse quesito, há uma multiplicidade de vozes entre as pessoas que participam dessa discussão, visto que as opiniões podem partir também de pessoas que nunca leram as obras de Monteiro Lobato, não se interessam nem estudam sobre a literatura brasileira, mas que tecem comentários sobre o assunto, seja em resposta a terceiros, seja pelo fato de o título da publicação não ter lhe agradado.

Por isso, no mundo da internet, uma só manifestação pode gerar uma avalanche de outros ataques, cada vez mais violentos. Eles podem ser direcionados ao escritor e até mesmo seus descendentes, que levam a culpa por carregarem o mesmo sobrenome. Dito isso, vê-se que não se pode analisar o cancelamento das obras de Monteiro Lobato sem observar como tal fenômeno ocorre e como os meios de comunicação estão abordando o assunto.

4. PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE

À medida que o aprendizado avança junto à academia, um processo inegável pelo qual todo estudante passa é o desconforto com determinados assuntos da vida cotidiana os quais movem os indivíduos a quererem explicá-los, analisá-los ou apenas compreendê-los. Laurence Bardin (2011), quando propôs os passos para a realização de uma Análise de Conteúdo, já se questionava sobre tal abordagem, a qual ela chamava de "vigilância crítica".

É igualmente "tornar-se desconfiado" relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do "construído", rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade. (BARDIN, 2011, p. 34)

Isso posto, vê-se que a aplicação da análise de conteúdo parte da vontade do especialista em não apenas observar seu objeto de análise, mas debruçar-se sobre ele, de modo a confirmar – ou interagir com – suas próprias desconfianças. Nesse caso, o ato de desconfiar não significa que se presume que isso ou aquilo esteja errado, mas há a necessidade de desmembrar todas as partes que compõem o objeto, em diferentes hipóteses e categorias, a fim de poder chegar a alguma conclusão, que pode ou não, ser a esperada.

4.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segundo Bardin (2011), a Análise de Conteúdo tornou-se útil no momento em que indivíduos começaram a analisar e a compreender os diferentes meios de comunicação, a fim de ir "além de seus significados imediatos" (BARDIN, 2011, p. 34). Dessa forma, é possível afirmar que a análise de conteúdo possui os seguintes objetivos, para que possa ser considerada aplicável: 1) a superação da incerteza, em que é validado na própria mensagem o que já era esperado, porém observando se tal perspectiva é pessoal ou deve ser compartilhada e, principalmente, se ela é generalizada; e 2) o enriquecimento da leitura, com a aplicação de uma leitura mais aprofundada, capaz de compreender conteúdos que não foram vistos em uma leitura imediata e dinâmica.

Assim, a análise de conteúdo, como o nome já retrata, é o ato de observar atentamente determinado objeto indo além das primeiras aparências. Em tese, a análise de conteúdo deve ser aplicada em qualquer tipo de mensagem, independente do método de comunicação, pois pode ser empregada na análise de códigos linguísticos. O método desse tipo de análise é

considerado demasiadamente empírico, visto que sua sustentação dependerá do tipo de comunicação e, sobretudo, da interpretação que se pretende dar.

Não é possível afirmar que exista uma ou outra maneira fixa de realizar uma análise de conteúdo, mas é certo que o método se pauta em um conjunto de técnicas para se analisar as comunicações, que podem adaptar-se de acordo com o tipo de comunicação a ser analisado. Dito isso, vê-se que o universo em que cabe a análise de conteúdo é bem amplo, pois qualquer mensagem que seja transmitida de um emissor para um receptor é plausível de ser observada através da análise de conteúdo.

Em sua obra, Bardin relata que pode parecer "difícil definir a análise de conteúdo a partir do seu território, pois, à primeira vista, tudo o que é comunicação (e até significação) parece suscetível de análise" (BARDIN, 2011, p. 39), mas que existem critérios que podem ser aplicados para descobrir se o recorte selecionado do objeto é passível de análise ou não. Utilizando o recorte desta monografia como exemplo (os três jornais com maior circulação digital atualmente no Brasil), tem-se que, em primeiro lugar, o suporte linguístico do objeto é escrito e considerado como uma comunicação de massa, por ter um alcance muito maior de receptores que outros meios.

Ao longo da proposta de Bardin (2011), é apresentada a ordem cronológica que deve ser seguida após a definição do objeto. Primeiramente, há a pré-análise, que consiste em selecionar um determinado recorte que seja considerado relevante para a tese, mas que pode ser alterado ou redefinido durante esse processo, e iniciar o processo de "familiaridade" com o objeto. Ainda na primeira parte, é preciso formular as hipóteses a serem analisadas, assim como os objetivos pretendidos no decorrer da análise. Tão logo a amostragem seja feita, é necessário produzir-se uma codificação, para compreender o porquê se deseja analisar o objeto e como isso poderá ser feito. "A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão". (BARDIN, 2011, p. 133)

Em segundo lugar, há a exploração do material. Essa fase, considerada a mais longa e, talvez, a mais entediante, é composta pela codificação da amostragem e enumeração das categorias previamente definidas. Por fim, ocorre o tratamento dos resultados, assim como a interpretação deles, a fim de apresentá-los de maneira destrinchada e simplificada ao leitor. Neste momento, são estabelecidos processos para validar ou confrontar toda a apuração. Isso posto, torna-se possível que seja apresentado o percurso metodológico que deu caminho para que a análise desta monografia fosse realizada.

4.2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada para esta monografia é aplicada. Dessa forma, ela foi desenvolvida e escrita a partir de procedimentos documentais, com o levantamento de dados bibliográficos, publicações jornalísticas em veículos de comunicação de grande alcance digital no país e que circulam em mídias sociais, artigos e demais teses que auxiliassem na análise. Assim, tem-se que a análise é de natureza qualitativa, visto que foi realizada em laboratório, com base na coleta de dados feita remotamente, devido ao isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19. Para que houvesse livre acesso a todas as publicações, foram realizadas assinaturas mensais, para acesso restrito ao digital.

O objeto escolhido trata-se de produções jornalísticas publicadas nas mídias sociais por jornais de grande circulação nacional desde a data em que as obras de Monteiro Lobato entraram em domínio público. Para o recorte dos jornais escolhidos para a coleta das notícias, o critério de seleção ocorreu por meio de pesquisas sobre os jornais com maior alcance digital e, por consequência, nas mídias sociais. Desse modo, foram selecionados dois dos jornais de maior circulação digital atual nas mídias sociais mais utilizadas por brasileiros, os quais apresentaram crescimento no acesso e leitura desde o início de 2020. São eles⁹: Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo.

Inicialmente, a escolha de quais veículos integrariam a análise baseou-se apenas na quantidade de acessos e assinaturas que cada um registrou desde o fim do ano passado. Durante a pré-análise, porém, foi possível verificar que a quantidade de produções entre um jornal e outro era discrepante, sendo necessário descartar os veículos de comunicação que não apresentavam uma parcela relevante de reportagens a ser analisada. A seleção pelos jornais que se destacam na internet deu-se em decorrência da compreensão de que a análise não se pauta apenas no conteúdo das reportagens, mas também na opinião expressada por leitores em mídias sociais.

No que diz respeito ao recorte de produções, foram escolhidas, exclusivamente, as que apresentavam as seguintes abordagens: a presença de racismo nas obras de Monteiro Lobato; se essas devem ser modificadas para que sejam retirados os trechos considerados racistas; a

⁹ Segundo dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), disponibilizados em reportagem produzida pelo veículo jornalístico Poder 360, ainda que outros jornais tenham registrado um aumento no número de assinaturas superior à do ano passado, o ranking dos jornais com maior circulação digital continua o mesmo quando comparado com dezembro de 2020. Com alta de 6,1%, a Folha de S. Paulo continua em primeiro lugar, com O Estado de S. Paulo em terceiro, com alta de 1,8%.

atuação da Cultura do Cancelamento nas produções de Lobato; e outras pautas que se relacionam diretamente com as mencionadas.

Tendo em vista que o método escolhido para a realização desta análise é o dedutivo, foram categorizados os elementos presentes nas reportagens acerca do cancelamento de obras de Monteiro Lobato, a relação delas com a chamada Cultura do Cancelamento e os possíveis impactos dessa cultura. Isso posto, definiu-se que as categorias a serem utilizadas deveriam atender a todos os pontos considerados relevantes para a escolha de cada texto, sendo elas: **período de publicação, tipos de produção jornalística, editoriais e termos de destaque.**

Para que pudesse ser feita uma categorização, foram selecionadas, primeiramente, as reportagens que se enquadram no recorte mencionado, publicadas nos jornais escolhidos. Assim, foram verificadas quais contribuíram para a discussão acerca do cancelamento das obras de Monteiro Lobato e do autor. No que diz respeito aos termos de destaque, eles são resultados das palavras-chave (e combinações delas) utilizadas durante a busca e seleção de cada produção. Foram elas: Monteiro Lobato, Monteiro Lobato + Cancelamento, Monteiro Lobato + Racismo.

Foram analisadas, também, as opiniões tecidas pelos jornalistas que escreveram tais textos e a maneira pela qual eles inseriram a própria posição na produção jornalística. Ademais, adotou-se como procedimento observar o posicionamento sobre a presença de racismo nas obras de Lobato, a fim de analisar quais são contra e a favor da modificação das leituras e de que maneira sugerem isso.

Por fim, foram descritos e analisados os possíveis impactos que o cancelamento de Monteiro Lobato pode causar nas obras do autor e na aplicabilidade delas na educação brasileira. Os dados foram coletados exclusivamente por meio da internet e de dispositivos digitais, a exemplo do notebook de uso pessoal. Ademais, foram analisados os formatos de escrita utilizados em cada notícia. Além disso, foram observadas também opiniões de leitores, presentes em comentários das publicações nas mídias sociais.

4.3. ANÁLISE

As produções jornalísticas a serem analisadas a seguir foram escolhidas imparcialmente, encontradas a partir das palavras-chave e segundo as datas de publicação. Dessa maneira, a escolha não se pautou, em momento algum, na opinião da autora desta monografia. "Por se tratar de um relato, o jornalista se apresenta como um intermediário entre

o fato e o leitor e, nesse papel, sua simples presença torna esse relato uma visão interpretativa do fato". (LOHMANN, 2015, p. 111)

Todos os textos a serem analisados sucedem a 1 de janeiro de 2019, data em que as obras de Monteiro Lobato se tornaram de domínio público. Esse fator foi determinante na escolha, pois, a partir desse momento, tem-se que não só as criações de Lobato puderam ser modificadas, mas também o regresso de discussões sobre as problemáticas existentes nas obras - sejam favoráveis ou contrárias.

Visto que os textos pertencem a diferentes tipos de escrita, eles serão classificados segundo enumeração, do primeiro a ser publicado dentro do recorte ao último. Dessa maneira, será apresentada, ao fim da análise, uma tabela com a síntese das categorias selecionadas. Ao longo da análise de cada matéria, as categorias referentes ao período de publicação, ao tipo de produção jornalística e à editoria serão apresentados no primeiro parágrafo e os termos de destaque serão inseridos nos parágrafos finais.

Por último, todas as opiniões de leitores, analisadas nesta monografia, serão inseridas de forma anônima, a fim de evitar-se a identificação dos indivíduos. Os comentários analisados foram escolhidos pela ocorrência dos termos de destaque.

4.3.1. Folha de S. Paulo

Atualmente, a Folha de S. Paulo é o veículo de comunicação com o maior número de assinantes do país, considerando a circulação de jornais impressos e digitais. Segundo dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), disponibilizados em reportagem produzida pelo veículo jornalístico Poder 360, em 2020, foi registrada uma média mensal de 266.669 acessos apenas na versão digital do jornal, espaço escolhido para compor o recorte a ser analisado.

4.3.1.1. “Viva Lobato!”

O artigo "Viva Lobato!" (Texto 1) foi publicado em 3 de fevereiro de 2019. Inserido na editoria Ilustríssima, foi escrito por Jorge Coli, professor de História da Arte e História da Cultura na Unicamp e colunista na Folha de S. Paulo. É um texto jornalístico de teor abertamente opinativo e, geralmente, apresenta críticas sobre a temática discutida. Neste caso, também integra uma coluna que expõe a opinião explícita do autor.

Logo no início do texto, Coli compara os apontamentos sobre trechos racistas em obras de Lobato com o que ele julga ser medo do livro. Conforme a Figura 2, ao indicar a necessidade de separar o autor da obra, o colunista afirma que "a complexidade na arte é sempre maior do que no artista" (COLI, 2019, s. p.), mas, se a complexidade na arte realmente se faz maior do que no artista, seria impossível que Lobato tivesse colocado seu olhar sobre si mesmo e sua vida nas produções, como o fez.

Segundo Marisa Lajolo (1998, p. 1), essa discussão "pode renovar os olhares com que se olham os sempre delicados laços que enlaçam literatura e sociedade, história e literatura, literatura e política". Em outras palavras, não se pode separar o autor de sua obra, pois o conteúdo ali escrito dialoga com a vida fora dele – um exemplo é o Jeca Tatu, um dos personagens mais famosos de Lobato, criado como uma crítica do autor aos trabalhadores de sua fazenda, considerados por ele mesmo como preguiçosos e responsáveis pelo fracasso do fazendeiro.

Outros críticos de Monteiro Lobato, conforme o texto de Coli, "encasquetaram" com o livro *Caçadas de Pedrinho*, pois apoiam que seja feita a contextualização entre o literato e a obra, mas que ele mesmo não acredita nessa solução. Para o colunista, Lobato foi responsável por difundir o raciocínio crítico em uma geração que leu os títulos do autor quando era jovem, e que hoje está entre os seus 50 e 80 anos. Entretanto, ao mesmo tempo em que Lobato foi inspiração para a vontade de ler nas crianças da época, ele pode ter contribuído para que preconceitos, que na época ainda não eram criminalizados, continuassem a se perpetuar na sociedade.

Maurício de Sousa, criador de personagens que também marcaram gerações, já afirmou ser um apreciador das obras de Lobato, o autor que mais leu em sua infância. Todavia, alega que isso não o detém de discutir sobre o racismo presente em certas páginas. "Prefiro acreditar que, apesar de defender ideias modernistas, ele não deixou de ser fruto da época em que viveu" (SOUSA apud PENNAFORT, 2019, s. p.). E a época em que Lobato viveu foi, em partes, escravocrata.

Na última linha da Figura 2, Coli escreve que vai fazer observações sobre o racismo nos livros infantis de Lobato. Isso não acontece. Desde o título, até a última palavra do artigo, houve apenas duas citações do termo "racismo", com o mesmo número de repetições encontradas de sua derivação, no termo "racista".

Figura 2 - Primeiros parágrafos da coluna de Jorge Coli para a Folha de S. Paulo.

Não se deve ter medo de livros. De nenhum livro. Muito menos dos livros infantis de [Monteiro Lobato](#).

As consciências puras de nosso tempo andam [condenando seus escritos por racismo](#). Creio, em primeiro lugar, que deveríamos separar o autor e a obra. A complexidade na arte é sempre maior do que no artista. Mas esta é uma outra história, muito comprida, que não cabe aqui. Quero, agora, trazer observações sobre o racismo nos livros infantis de Lobato.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Como retratado na Figura 3, Coli acredita que as más criações de Emília, a boneca falante, representam uma aversão à obediência e, mais propriamente, ao conforto intelectual. A autoridade, da qual os livros de Lobato buscam o rompimento, são as pessoas que defendem que não cabem mais, na literatura, discursos racistas, principalmente, quando propagados sem a devida discussão ou responsabilização. Dessa maneira, o que para a maioria é racismo, para Coli, é a fascinação de Lobato pela cultura afro-brasileira, demonstrada por meio de suas obras.

Figura 3 - Trechos da coluna "Viva Lobato!"

São livros que abalam todos os confortos intelectuais. Têm [horror à autoridade](#) e à obediência. No Sítio, ninguém manda nem obedece: “Emília, respeite os mais velhos! — ralhou dona Benta. — A senhora me perdoe, — disse a pestinha — mas, cá para mim, isso de respeito nada tem com a idade. Eu respeito uma abelha de um mês de idade que me diga coisinhas sensatas —mas se Matusalém vier para cima de mim com bobagens, pensa que não boto fogo na barba dele? Ora, se boto!”.

Esta é uma passagem de “Histórias de Tia Nastácia”. Lobato era fascinado pelas culturas afro-brasileiras, ao contrário dos modernistas que prolongaram o culto do indianismo romântico no século 20. Traz para o público infantil as histórias contadas por Tia Nastácia, que ele buscou em Sílvio Romero.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Na Figura 4, Jorge Coli contradiz sua própria defesa de que Lobato não era racista, ao relatar que os livros do autor "levam as crianças a descobrirem que o mundo nunca foi um mar de rosas". Obviamente, não foi sua intenção fazer um paralelo com a presença do racismo nas obras – e fora delas –, mas é uma afirmativa que se encaixa nos debates sobre como os trechos racistas podem afetar leitores infantis negros.

Figura 4 - Trecho da coluna de Jorge Coli para a Folha de S. Paulo.

Seus livros levam as crianças a descobrirem que o mundo nunca foi um mar de rosas. Emília é “sem coração”, como diz o Visconde, assinalando o caráter tirânico, ávido, cruel da boneca, capaz de surrupiar o que não é dela. Ela retruca: “Dizem todos que não tenho coração. É falso. Tenho, sim, um lindo coração —só que não é de banana. Coisinhas à toa não o impressionam; mas ele dói quando vê uma injustiça”. Os dois, Visconde e Emília, estão certos, porque ninguém é sem contradições.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Para Coli, os livros de Lobato não são racistas, pelo contrário. Para ele, como retratado na Figura 5, o conteúdo presente nas páginas das referidas obras foge do que é politicamente correto, ensinando os leitores a criticarem, a pensarem por si só e sem interferências das ideologias de terceiros. Sem que haja o "moralismo sentimental" dos que enxergam o racismo nos escritos do autor.

Figura 5 - Conclusão da coluna de Jorge Coli para a Folha de S. Paulo.

Só quem não leu ou não compreendeu os livros infantis de Lobato pode julgá-los racistas. Não ensinam o moralismo sentimental. Antes, induzem à crítica, ao exame, à independência do pensamento individual e autônomo.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Isso posto, vê-se que o Texto 1 apresenta a opinião do autor de maneira clara e objetiva, sem grandes parágrafos que fortaleçam sua defesa, além de relatos breves sobre diferentes livros de Lobato. São citadas, ainda, obras que não foram escritas para o público infanto-juvenil, ignorando a base da discussão sobre trechos racistas presentes em livros

infantis. Prevê-se que um adulto tenha o pensamento crítico formado para ler Negrinha ou A onda verde e o Presidente Negro. Entretanto, não se pode esperar que as crianças tenham o mesmo discernimento ao ler Caçadas de Pedrinho.

No fim do artigo, como nas demais produções disponibilizadas em formato digital da Folha de S. Paulo, há um espaço cedido pelo veículo para que os leitores possam fazer comentários (Figura 6). Durante a leitura do texto, foram observadas duas ocorrências do termo "racismo" e um de "racista". Foram contabilizados 82 comentários para o Texto 1, dos quais apenas seis eram contrários à opinião do colunista. Além disso, tem-se que Jorge Coli respondeu à grande maioria dos comentários, fossem os contrários ao seu posicionamento, fossem os favoráveis.

Na opinião do leitor na Figura 6, vê-se que ele considera Lobato não só racista, mas um indivíduo consciente de seu racismo. Coli contraria a posição do leitor de que não se pode compreender as passagens racistas nas obras de Lobato sem conhecer quem o autor era, reafirmando que, a seu ver, o conteúdo da obra independe de quem foi o autor.

Figura 6 - Comentário postado na área de assinantes da Folha de S. Paulo.

3.fev.2019 às 11h56

É impossível entender a ambiguidade das passagens racistas na obra de Lobato sem conhecer seu pensamento íntimo, expresso sem meias palavras na correspondência com seus amigos, como Godofredo Rangel. Ele era um racista militante e consciente. Era radicalmente contra a miscigenação e entendia (corretamente) que só havia uma forma de evitá-la: o extermínio da raça negra.

RESPONDA

👍 1

DENUNCIE

JORGE COLI

3.fev.2019 às 14h47

Prezado ██████████ obrigado por me escrever. Insisto no fato que a obra é diferente, outra coisa do que seu autor. Os livros infantis de Lobato formam um pensamento específico onde todos os preconceitos são bombardeados por um pensamento eminentemente crítico.

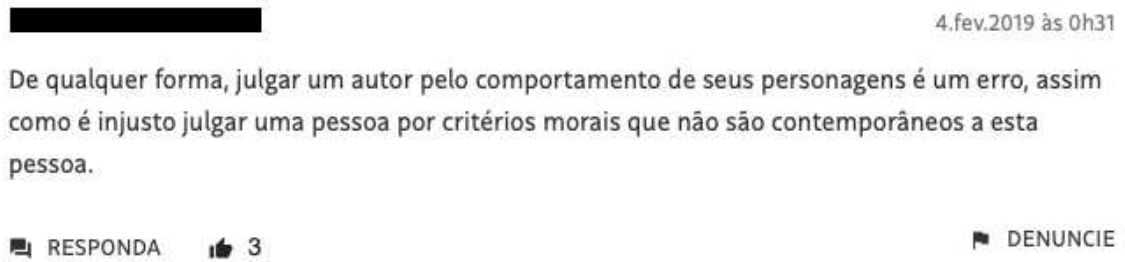
👍 0

DENUNCIE

Fonte: Captura de tela retirada da seção de comentários do Texto 1, no site da Folha de S. Paulo

Em uma tentativa de oferecer apoio ao colunista, o dono do comentário na Figura 7 se encontra em contradição, ao debater que não se pode julgar Lobato pelos erros de seus personagens.

Figura 7 - Comentário feito na área de assinantes da Folha de S. Paulo.



Fonte: Captura de tela retirada da seção de comentários do Texto 1, no site da Folha de S. Paulo

É preciso traçar o caminho contrário ao do considerado pelo leitor: se os personagens são criações de Lobato, logo, qualquer posicionamento vindo deles também pertencem ao escritor, pois se espelham no que um dia partiu do subconsciente dele.

4.3.1.2. "Obra Infantil de Lobato é tão racista quanto o autor, afirma historiadora"

O Texto 2, intitulado "Obra infantil de Lobato é tão racista quanto o autor, afirma historiadora", foi publicado em 10 de fevereiro de 2019, e é assinado por Lucilene Reginaldo, professora do Departamento de História da Unicamp. O artigo pertence à editoria Ilustríssima, e tem como data de publicação uma semana exata após a difusão do artigo anterior.

De fato, o artigo de Lucilene não demora a se estabelecer em contrariedade ao texto de seu colega, Jorge Coli. Todavia, enquanto Coli retoma brevemente a discussão sobre o racismo nas obras de Lobato, a professora vai direto ao ponto, explicando sobre a origem de um debate que se estende desde 2010 (Figura 8).

O que falta no primeiro texto, logo é apresentado neste. A partir de um trecho do parecer técnico, do Ministério da Educação, apresentado na Figura 8, a autora deixa claro ao leitor sobre o que está sendo discutido na matéria, principalmente, no que diz respeito aos parâmetros necessários para que Caçadas de Pedrinho continuasse no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Figura 8 - Trechos do artigo de Lucilene Reginaldo para a Folha de S. Paulo.

Coli retoma um debate que acompanhei com interesse em 2010, provocado pela denúncia de conteúdo racista do livro “Caçadas de Pedrinho”, protocolada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no Conselho Nacional de Educação.

Da denúncia, resultou um parecer técnico, solicitado pelo próprio MEC, que recomendou a permanência do livro no Programa Nacional Biblioteca da Escola com a seguinte advertência: “A obra ‘Caçadas de Pedrinho’ só deve ser utilizada no contexto da educação escolar quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil”.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

A professora ainda expõe o posicionamento de escritores famosos, Ziraldo e Ana Maria Gonçalves, visto que são contrários um ao outro. Como previamente apresentado nesta monografia, Ziraldo já esteve envolvido em polêmicas inseridas no mesmo assunto, defendendo Monteiro Lobato, a partir de uma charge racista, e criticando indiretamente o "politicamente correto".

Ao discordar de Jorge Coli, a autora Lucilene Reginaldo conta ao seu leitor que não consegue se recordar do impacto das obras de Lobato em sua infância, mas que conhecia as histórias a partir da série televisiva, que já foi produzida três vezes: a primeira, ainda na Rede Tupi, foi transmitida entre 1952 e 1963; a segunda, produzida e televisionada em uma parceria da Globo com a antiga TV Educativa do Rio de Janeiro, entre 1977 e 1986; e a última, talvez a mais conhecida, entre 2001 e 2007. Visto que as obras serviram de inspiração para as séries televisivas, vê-se que, a cada versão, certas problemáticas foram cortadas ou substituídas por discussões de teor leve para uma programação matinal.

Tem-se, como mostra a figura 9, que o que causou desconforto na autora não fora o racismo presente na página, mas a forma como Lobato diminuía a existência de Tia Nastácia a apenas a cor de sua pele, ao estereótipo construído na época sobre os negros. Na obra, Lobato enxergou Tia Nastácia como uma figura puramente física, sem uma construção social de seu personagem que não remetesse ao fato de ser negra.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (BRASIL, 2005, p. 21)

Figura 9 - Trechos do texto 2 sobre Tia Nastácia.

Tia Nastácia era sempre a “bola da vez”: ingênua, simplória, medrosa, serviçal e alvo de racismo e discriminações explícitas. Tudo em perfeita consonância com a hierarquia racial: na base da pirâmide, a mulher negra.

Para a onça que atacava os moradores do sítio, Tia Nastácia é “furrundu”, um doce feito com mamão verde, rapadura, cravo e canela, portanto preto. No calor da guerra com as onças, Emília, a bonequinha esperta e independente, comenta: “Não vai escapar ninguém —nem Tia Nastácia, que tem a carne preta”.

O que mais me incomodava era que Tia Nastácia era adjetivada como negra, preta, o tempo todo. Só ela tinha cor, apenas nela a cor se colava como uma marca indelével, mesmo que fosse “a boa negra”.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Na Figura 10, é possível sentir a diferença entre a defesa de que os livros de Lobato sejam retirados das prateleiras e a posição de uma mãe de uma criança negra, que ainda não permitiu que esse lado cruel da humanidade atingisse o caráter que estava só começando a ser moldado.

Figura 10 - Trecho do artigo de Lucilene Reginaldo para a Folha de S. Paulo.

Negra é vocativo, como bem interpreta Ana Maria Gonçalves. As expressões bradejavam contra tudo que nossa família buscava ensinar a um menino negro de seis anos. Por isso, confesso, omiti, cortei palavras, adaptei e editei alguns trechos. Logo eu, defensora do pensamento livre!

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, vocativo é aquilo que “1. diz-se de ou caso das línguas em que os nomes se declinam, que se emprega para chamar ou invocar; 3. que serve para chamar” (PRIBERAM, 2021, s. p.). Ou seja, segundo Reginaldo, Tia Nastácia foi diminuída à representação de seu vocativo. Deixam-se de lado os nomes próprios, e se utiliza uma característica para definir quem a personagem é. Negra.

Nos parágrafos seguintes, Lucilene Reginaldo explicita o caráter eugenista de Lobato, que ele não se preocupava em esconder nas correspondências trocadas com amigos,

principalmente, no que diz respeito a sua predileção pelo embranquecimento da sociedade, e seu apoio a Ku Klux Klan¹⁰.

Para a autora, Lobato era um homem à frente de seu tempo, no sentido de dialogar com as teorias científicas e modernistas da época. Além disso, era um escritor racista, mas nem de longe era o único. Entretanto, o que o distancia dos demais é, sem dúvidas, seu maior público: as crianças. Por fim, ela concorda que, partindo da execução das recomendações já feitas pelo Ministério da Educação em 2010, não há por que suas obras não serem introduzidas no ensino, como forma de incentivar a literatura infanto-juvenil. Assim, como se vê na Figura 11, ela defende que as produções não sejam censuradas, mas que sejam produzidas edições críticas, que situem o leitor sobre o debate acerca do autor e da obra.

Figura 11 - Trecho do texto 2, de Lucilene Reginaldo.

Hoje, aos 14 anos, meu filho —assim como muitos meninos e meninas negros, ou não, da mesma idade— pode ler Monteiro Lobato e outros “homens de seu tempo”, sem minha constrangida edição, talvez até se posicionar diante do autor e da obra. Com ajuda de uma nota crítica, talvez seja mais fácil até para os mais novos. Aos seis anos, não havia autor nem obra, apenas personagens com os quais ele vibrava, se identificava ou repelia.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

No artigo, o debate sobre o racismo presente nas obras de Monteiro Lobato se mostrou mais forte, embasado teórico e historicamente. Em todo o texto, o termo "racismo", e sua derivação "racista", que serve de adjetivo, aparecem 14 vezes em 20 parágrafos. Indo além, vê-se que a razão pela qual a autora discute com propriedade sobre como o racismo em obras infantis pode afetar principalmente crianças negras é seu próprio filho. Ainda assim, ela deixa claro que não é "necessário ter um filho negro para ser sensível aos malefícios do racismo na formação de uma criança" (REGINALDO, 2019, s. p.)

O compilado de comentários da Figura 12 pode ser considerado, para determinados grupos sociais, uma enorme ofensa. Em uma época em que não havia, abertamente, o debate sobre o racismo ser um crime, os negros ainda eram maltratados em demasia.

¹⁰ De acordo com o portal online História do Mundo, "a Ku Klux Klan [foi] uma organização terrorista que surgiu nos Estados Unidos, no século XIX, e ficou marcada por ser a maior organização do tipo na história desse país". Além disso, o grupo, criado com uma perspectiva de diversão pelos fundadores, "perseguiu, espancava e assassinava negros libertos e pessoas que defendiam os direitos civis para os afro-americanos". (SILVA, 2021, s. p.)

Figura 12 - Comentário retirado da área para assinantes da Folha de S. Paulo.

██████████ 10.fev.2019 às 13h29

A referência do artigo à frase de Lobato em correspondência privada com o amigo, sobre a falta de kux klux klan no Brasil, é prova de que se vive nos meios acadêmicos epidemia de analfabetismo funcional. O sarcasmo é evidente. Quem sabe com uma kux klux klan por aqui os negros se revoltariam contra a ignomínia de sua condição. Nos EUA desde 1909 a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor luta contra a discriminação. Conta com mais de 2 mil escritórios em todo o País.

RESPONDA 3 DENUNCIE

██████████ 15.jan.2020 às 14h14

Interessante, nunca tinha tido este tipo de olhar sobre Lobato.

0 DENUNCIE

██████████ 10.fev.2019 às 13h37

A autodenominação "pessoas de cor" é, aos olhos de hoje odiosamente racista, mas era como se denominavam, até por orgulho e desafio. Somos negros sim, e daí? No Brasil da escravidão, também se formaram bravas sociedades de alforria e luta, até mesmo com jornal e coleta de recursos para compra de liberdade. Infelizmente, desapareceram com a Lei Áurea, ainda que a miséria e o racismo tenham sobrevivido. Dai a indignada provocação de Lobato.

1 DENUNCIE

Fonte: Captura de tela retirada da seção de comentários do Texto 2, no site da Folha de S. Paulo

Isto posto, vê-se que não havia espaço para que um escritor branco fosse sarcástico ao abordar a falta de subgrupos da Ku Klux Klan no Brasil. Em muitos lugares, ainda não há. Nesse caso, dizer que a presença de uma organização radical e preconceituosa poderia incitar a revolta dos negros contra sua posição diante da sociedade é errôneo e a ideia não deveria ser propagada.

4.3.1.3. "Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante"

A frase "Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante" é o título dado ao Texto 3, publicado em 19 de janeiro de 2021. O artigo de opinião,

assinado por Marcelo Coelho, mestre em Sociologia pela USP, pertence à coluna de Opinião da Folha de S. Paulo.

O autor inicia o texto já relatando que deve muito aos livros infantis de Lobato, que até mesmo entende as várias tentativas em defendê-los das acusações de serem racistas. Entretanto, só retoma o assunto sobre as obras para crianças no fim do artigo, em meio a sua conclusão.

Antes disso, o sociólogo discorre sobre como a leitura, e abordagem, dos livros para adultos de Lobato se faz menos frequente. Cita brevemente a obra "Negrinha", mas desenvolve seu pensamento sobre a análise de "O Presidente Negro", romance adulto publicado em 1926. O livro trata, abertamente, da discussão sobre a miscigenação e que, no Brasil, ela faria com que, em pouco mais de um século, os negros teriam desaparecido do país. Jane, que é entendida como a mocinha norte-americana, não concorda, pois, a miscigenação "estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos de raças díspares". (LOBATO, 1979, p. 49)

A ideia de que o homem negro, que foge dos padrões eurocêtricos, é selvagem se repete não só nesse livro, mas em outros de Lobato, como em "História de Tia Nastácia, no seguinte contexto: "— Estas histórias — explicou dona Benta — foram criadas pelos índios e negros do Brasil — pela gente que vive no mato. Por isso só aparecem animais, cada um com a psicologia que os homens do mato lhe atribuem." (LOBATO, 1995, p. 57). Analisado por Maria Manuela Mendes (2012), James Cowles Prichard, ainda no século XIX, defendia que a variabilidade humana não tinha relação com o local ou clima onde um indivíduo nasceu, mas sim com o processo de civilização da sociedade. A partir da teoria de Prichard, Mendes compreendeu que

[...]os primeiros habitantes da terra foram pretos e o progresso da natureza reflete uma transmutação gradual do negro para o europeu. A forma e a compleição do negro estão melhor adaptadas à sua condição de selvagem, enquanto a do europeu está mais ajustada ao estado civilizado. (MENDES, 2012, p. 104)

Nos parágrafos seguintes, Coelho continua a análise sobre trechos de "O Presidente Negro", seguindo para observação de trechos racistas em outras produções de Lobato, visando exemplificar que o racismo não estaria presente apenas na ficção do escritor, mas também em artigos e cartas. Na Figura 13, o autor do artigo retoma o assunto sobre o racismo presente em obras infantis de Lobato, mas o faz brevemente.

Figura 13 - Trecho retirado do artigo de Coelho para a Folha de S. Paulo.

Não é o caso de censurar seus livros infantis. Mas também não há escândalo em adaptá-los. Faz-se isso o tempo todo: [“Moby Dick”](#), [“As Viagens de Gulliver”](#), “Pinóquio” foram inúmeras vezes reescritos e facilitados para as crianças; o próprio Lobato fez isso, com [“Dom Quixote”](#), por exemplo.

Mas não dá para ignorar, desculpar e fingir que não existe racismo em Monteiro Lobato. Mais fácil perdoar o Trump.


Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Por fim, Coelho opina que não concorda sobre censurar as obras de Lobato, mas é apoiador da proposta de que sejam adaptados, sob a premissa de que até o autor de "Sítio do Picapau Amarelo" já adaptou obras de outros escritores.

Na seção de comentários, não é preciso rolar a página para encontrar um com opinião contrária à de Coelho. O primeiro comentário (Figura 14) já o faz, defendendo que talvez não seja papel de um sociólogo dialogar sobre a presença ou não de racismo em obras de um escritor renomado na história literária do país. Todavia, é o fim do comentário que chama a atenção, por defender algo que até mesmo Lobato poderia ter pensado na época em que era vivo. Se uma carta é algo pessoal, por que alguém há de julgar outra pessoa por seu conteúdo? E, trazendo para o exemplo, porque uma mensagem enviada em um aplicativo de conversas, em momento particular, poderia ser utilizada como prova de um crime?

A resposta, que o leitor pode desconhecer, é que sim, não importa se disseminado em público ou numa mídia social de modo privado, o ato criminoso possui o mesmo julgamento em ambos os casos. Isso está exposto no artigo 20, inciso 2º, da lei nº 7.716/1989, que julga como crime o ato de "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza" (BRASIL, 1989, s. p.).

Figura 14 - Trecho retirado do artigo de Coelho para a Folha de S. Paulo.

 18.fev.2021 às 7h57

Respeito muito Marcelo Coelho, um dos meus colunistas preferidos, mas realmente esse debate deve ficar com os especialistas da crítica literária. Porque é difícil realmente julgar alguém de outro tempo, utilizando-se de pequenos trechos de livros e cartas isoladas. Seria o mesmo q alguém abrir o sigilo das mensagens do whatsapp com os amigos, nessas conversas sempre tem coisas que levariam a prisão, se ditas ao público.

RESPONDA 0

DENUNCIE

Fonte: Captura de tela retirada da seção de comentários do Texto 4, no site da Folha de S. Paulo

Ainda que o artigo debata sobre o racismo em obras de Lobato, não o faz sobre a presença de preconceito nos livros infantis. Tão pouco inclui debates sobre o racismo, citando o termo e suas derivações apenas três vezes em todo o texto, introduzindo mais citações do que sua opinião.

4.3.1.4. "Racismo delirante' é tratamento grotesco, Monteiro Lobato merece respeito"

O Texto 4, intitulado "'Racismo delirante' é tratamento grotesco, Monteiro Lobato merece respeito", é uma resposta direta ao artigo anterior, de Marcelo Coelho. Este, publicado em 15 de fevereiro de 2021, foi assinado por Ana Lúcia Brandão, crítica literária especializada em literatura infanto-juvenil, e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ademais, o artigo, também opinativo, está inserido na editoria Ilustrada, da Folha de S. Paulo.

Segundo Brandão, o texto de Coelho deixou não só ela, como outros estudiosos das obras, "escandalizados". Em seguida, a autora do texto cita suas competências acadêmicas, as quais incluem 30 anos de atuação na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato. Conforme palavras escritas pela autora em seu artigo, sua vida é dedicada a Lobato: "sei que a vida e a obra deste grande escritor são um verdadeiro jogo de espelhos, que exige muito fôlego e capacidade de discernimento dos que desejem opinar sobre ela ou sobre o escritor" (referência).

Retomando a análise feita no texto anterior sobre a questão de cartas trocadas na intimidade poderem ser utilizadas ou não como provas de que Lobato era racista, Ana Paula compartilha do mesmo pensamento do leitor de Coelho. E, igualmente no texto anterior, tem-se que o que é crime continua sendo crime, sendo expresso em conversas privadas ou publicamente.

Em seguida, conforme exposto na Figura 15, ela apresenta uma série de defesas sobre o porquê de Lobato não ser racista, mas um escritor que utiliza da ironia para expor problemáticas racistas da sociedade.

Figura 15 - Trecho do artigo de Ana Lúcia Brandão para a Folha de S. Paulo.

Quanto à carta de Lobato “elogiando” a Ku Klux Kan, segundo argumento de Marcelo Coelho para provar “o racismo delirante de Lobato”, ela é uma “única” que aborda esse tema entre os dois volumes de cartas escolhidas, que vão de cartas escritas entre 1895 a 1948, destinadas a setenta e quatro correspondentes, dentre os quais encontramos parentes, amigos, escritores, médicos, políticos, profissionais técnicos no beneficiamento do ferro e da prospecção de petróleo etc.

E esta carta me parece inconsistente frente ao todo de sua saborosa correspondência. Importante ressaltar que são volumes com cartas de foro íntimo. Quem não as tiver escrito, inclusive se auto-ironizando, que atire a primeira pedra. Fosse o tempo de hoje, elogiar a Ku Klux Klan numa rede social, para um intelectual com senso de humor, seria boa resposta, tipo "KKK", a um amigo dizendo que não irá tomar a vacina chinesa “para não virar jacaré”.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Todavia, Brandão não se limita a esse aspecto, apresentando, em uma das frases, o argumento que pessoas racistas empregam para negar suas atitudes. Na Figura 16, a frase "Ora, um 'racista delirante' nem ao menos dirigiria a sua atenção a um homem como Belmonte, não é mesmo?" poderia ser comparada com as de quem defende que “fulano não é racista, pois até tem amigos negros”. Abordar o fato de que Lobato convidou um chargista negro para ilustrar sua obra não é uma defesa sustentável de que o escritor não era racista.

Figura 16 - Trechos retirados do texto 5, publicado pela Folha de S. Paulo.

A obra infantil de Monteiro Lobato, que apresenta 17 volumes, foi ilustrada por vários artistas. Um deles, a quem Lobato delegou a criação visual de seus personagens, foi [Belmonte](#). Benedito Barros Barreto é o nome deste ilustre homem negro, conhecido como Belmonte, que Lobato convidou para ilustrar sua obra. Belmonte foi um grande chargista e como todo chargista sempre exagerou nos traços das personagens, realçando-lhes ao extremo as suas características físicas a ponto de tirar risadas de seu público com sua crítica mordaz e hilariante.

Gonçalo Junior, na sua biografia sobre Belmonte, conta como Lobato o incentivou a criar seus próprios personagens infantis, que apareceram na Folha da Manhã e se chamavam Bastinho e Bastião, um branco e outro negro, amigos inseparáveis, que com a ajuda da magia de um saci, partem para as aventuras, na série chamada “As Viagens Fantásticas de Dois Garotos”.

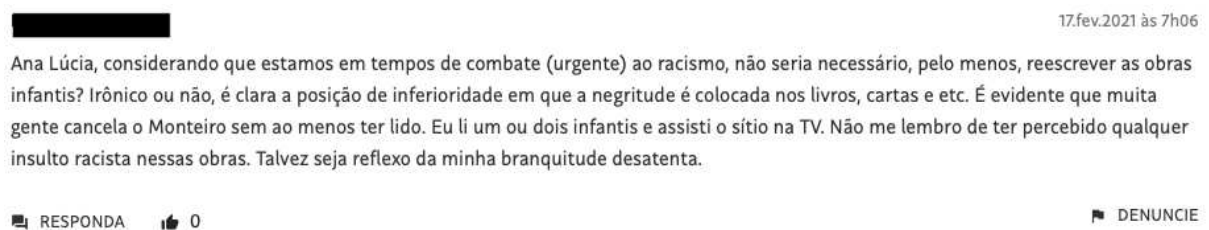
Ora, um “racista delirante” nem ao menos dirigiria a sua atenção a um homem como Belmonte, não é mesmo? Portanto, vale pontuar que entre 1929 e 1937, Belmonte ilustrou cinco livros da saga do “Picapau Amarelo”. De Belmonte a Alcy Linnares, tia Nastácia mantém seus traços. Um caso a se pensar —a força e acalanto da imagem da mulher negra no nosso imaginário.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Direcionando-se para o fim do artigo, Brandão afirma que Lobato era "modernista por essência" e, por transmitir em suas obras a oralidade utilizada na época em que as escreveu, continuará sendo criticado. E que, dessa maneira, cabe ao responsável por ler à criança filtrar e mediar o contexto presente nas páginas do livro, assim como a época vivida fora dele.

Por fim, tem-se que, ao longo de todo o texto, foram contabilizadas 13 ocorrências do termo "racismo" e suas derivações lexicais, a exemplo de "racista". O comentário da Figura 17 apresenta uma opinião contrária à de Brandão e, mesmo se autodenominando branco, o leitor reconhece a existência de racismo nas obras de Lobato e acredita que, mais do que nunca, uma atitude deveria ser tomada para que a propagação do racismo não continue avançando.

Figura 17 - Comentário retirado da área de assinantes da Folha de S. Paulo.



Fonte: Captura de tela retirada da seção de comentários do Texto 5, no site da Folha de S. Paulo

Outros julgam que Ana Paula escreveu o artigo em uma tentativa de invalidar os argumentos de seu colega, Marcelo Coelho, mas acabou soando como uma especialista que deu uma “carteirada¹¹”, citando suas realizações acadêmicas para justificar porque entende mais – ou menos – de um assunto.

Os leitores que apoiam seu posicionamento no artigo defendem que não é possível analisar o passado com os olhos do presente, que Lobato poderia ter sido racista, mas que não se resumia apenas a esse fato.

4.3.1.5. "Discussão sobre racismo em obra de Lobato deveria levar em conta opinião de crianças negras"

O Texto 5, intitulado "Discussão sobre racismo em obra de Lobato deveria levar em conta opinião de crianças negras", foi escrito por Dirce Waltrick do Amarante e publicado em

¹¹ Segundo definição do Dicionário em português do Google (2021), disponibilizado pela Oxford Languages, o ato de "dar carteirada" significa a "apresentação de carteira profissional ou funcional por alguém que quer mostrar importância ou autoridade".

24 de fevereiro de 2021. Ela é tradutora e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. O artigo de opinião pertence à editoria Ilustríssima, da Folha de S. Paulo.

Logo nos primeiros parágrafos, o artigo faz referência ao texto de Cilza Bignotto, também publicado na Folha de São Paulo, que debate principalmente sobre os paradoxos da vida e obra de Monteiro Lobato. Amarante retoma o assunto abordando a tentativa de Lobato de vender as ideias presentes na obra "O Presidente Negro" nos Estados Unidos, exemplificando que nem o cargo de adido comercial do escritor, que o fez morar naquele país, convenceu as editoras norte-americanas a lançar seu livro.

O artigo apresenta ainda que, mesmo fracassando nos EUA, a obra fez sucesso no Brasil, sendo enaltecida, inclusive por um jornal voltado para os negros, que considerava Lobato "um ilustre intelectual" (AMARANTE, 2021) por utilizar de indivíduos negros para construir a história.

Como retratado na Figura 18, a autora nega a ideia de que a obra de Lobato fosse uma denúncia ao racismo, escrita em forma de distopia, levando em consideração a afeição do escritor pelo movimento eugênico brasileiro e seus fundadores. Um deles foi Renato Kehl, com quem Lobato se correspondeu ao longo dos anos e a quem ele apelidou de "pai da eugenia no Brasil". Todavia, Lobato acabou dedicando seu livro a outros dois nomes, também populares entre os eugenistas: Arthur Neiva e Coelho Neto.

Figura 18 - Trecho do artigo de Amarante, publicado na Folha de S. Paulo.

Obviamente, pode-se pensar em "O Presidente Negro" como uma distopia, alertando para os perigos dos discursos racistas, como destaca Bignotto, que complementa a análise com a tese de que talvez Lobato e a Associação dos Negros Brasileiros o entendessem assim. É possível (por que não?) que tenha sido esse o entendimento da associação, mas certamente não era essa a intenção de Lobato ao escrever o romance - muito pelo contrário.

Numa carta enviada por Lobato a Renato Kehl, médico, intelectual e um dos nomes mais relevantes do movimento eugênico brasileiro, o escritor declara o seguinte: "Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque [como chamava seu romance], grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. [...] Precisamos lançar, vulgarmente, estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como vinha. Lobato".

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Essas relações, fortemente construídas com grupos da sociedade da época, foram descritas em cartas ilustradas na bibliografia produzida por Edgard Cavalheiro sobre o escritor e podem ter ajudado a tornar Lobato um autor conhecido ainda que muito tempo após sua morte. Como apresentado no capítulo três desta monografia, Monteiro Lobato refletiu suas posições diversas vezes ao longo de sua vida como escritor, em alter egos dentro das obras.

Nos parágrafos inseridos na Figura 19, é citado o famoso personagem de Lobato, Jeca Tatu. Como Edgard Cavalheiro relata em sua biografia sobre o escritor, o personagem foi uma criação que desse espaço a Lobato para que pudesse "despejar" suas indignações com o próprio fiasco como fazendeiro. Inclusive, comandando terras que herdou de seu avô, Visconde de Tremembé, mas sem sucesso na prática rural.

Figura 19 - Trecho retirado do artigo de Amarante, para a Folha de S. Paulo.

Desse contato com a vida no campo, nasce o personagem Jeca Tatu, que Edgard Cavalheiro chamou de “vingança do fazendeiro fracassado”.

Em um ensaio intitulado “Monteiro Lobato Hoje: Ponto e Vírgula”, Silviano Santiago recorda que, a respeito de personagem, Sérgio Milliet fincou com precisão o punhal na ferida ao afirmar que “o Jeca Tatu é quase uma vingança pessoal; é o caboclo visto com o olhar azedo do fazendeiro malogrado”. Independentemente disso, o livro “Urupês” (1918), que traz as desventuras desse personagem, virou best-seller e foi lido por aqueles que Lobato “julgava serem os jecas tatus da vida”, de acordo com Santiago.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Dessa maneira, vê-se que Jeca Tatu, que foi criado em 1914, foi concebido por um fazendeiro triste com sua própria condição, mas que não tinha conhecimento do sofrimento dos demais. Amarante relata que, pouco tempo depois, Lobato viajou pelo interior de São Paulo com o diretor do Serviço Sanitário paulista, Arthur Neiva, época em que o escritor questionou o olhar que tinha antes sobre os ‘jecas tatus’ com quem conviveu de maneira científica, compreendendo as mazelas que sofriam. Com isso, o personagem, que antes era zombado, passou a ser o indivíduo esquecido e ignorado por um governo negligente.

Amarante ainda retoma criação de Saci, que se popularizou no Brasil não só pela leitura dos livros de Lobato, mas pela disseminação da literatura e de lendas por meio da

oralidade. Isso se dá também pelo fato de que, como outras lendas, o Saci não era apenas o garoto travesso e maldoso, mas continha múltiplas metamorfoses, que variavam de acordo com a região e o modo como as histórias eram contadas.

Em conclusão, nos últimos dois parágrafos do texto (Figura 20), Amarante volta à discussão proposta no título de seu artigo, a respeito da necessidade de ouvir crianças negras sobre o que sentem e a maneira como as obras de Lobato as afetam.

Figura 20 - Trecho do artigo de Amarante para a Folha de S. Paulo.

No que diz respeito à obra de Lobato para crianças, talvez devêssemos ouvi-las também para saber o que acham desses livros que leem em casa e na escola. Seria importante, sobretudo, ouvir a impressão das crianças afro-brasileiras para avaliar o impacto de determinadas frases de Lobato, que, mesmo dentro de um contexto, são racistas.

Marilene Felinto, em texto publicado também na Folha, contou a sua experiência traumática com “Negrinha” numa escola pública de São Paulo. A discussão deveria passar por aí, pelas crianças e adolescentes; a nós, adultos, caberia ouvir e contra-argumentar sem impor nossa experiência a elas. Não se pode enfiar Monteiro Lobato nem quem quer que seja goela abaixo dos leitores.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site da Folha de S. Paulo

Conforme a autora propõe, qualquer decisão a ser aplicada nas escolas brasileiras deve partir, primeiramente, de um diálogo com as crianças, público-alvo dos livros infanto-juvenis de Lobato. Entre elas, o foco teria de ser direcionado para as crianças negras, para que fosse possível compreender seus sentimentos sobre o racismo não só presente nos livros, mas como se sentem na sociedade.

Amarante relata que "não se pode enfiar Monteiro Lobato nem quem quer que seja goela abaixo dos leitores", inserindo as obras no currículo escolar das crianças sem impor regras e achismos, mas oferecendo a bagagem histórica e social necessária para que aprendam a desenvolver uma leitura crítica. Por fim, destaca-se que foi registrada quatro vezes a ocorrência do termo "racista" durante a leitura do texto, e nenhuma utilização do termo "racismo" no corpo da matéria.


Entre os dez comentários feitos à matéria analisada, o inserido na Figura 21 destaca-se por exemplificar a importância de ser discutido o racismo nas escolas. Como o segundo leitor


responde, crianças negras são, desde que nascem, vítimas de um racismo estrutural presente na sociedade.


Figura 21 - Comentário retirado na área de assinantes da Folha de S. Paulo.

24.fev.2021 às 10h55

Se é para ouvir crianças(o que concordo) por que não ouvir opinião de crianças negras e brancas? Por acaso será que ambas leêm ou leram as obras? D^a Dirce já tem a opinião das crianças brancas para sugerir ouvir as crianças negras? Ou, então, por que não ouvir crianças de todos os gêneros, raça e côr?


 RESPONDA


 0

 DENUNCIE

25.fev.2021 às 12h22

Os mais afetados diretamente são as crianças negras. Não me parece que ela excluiu as brancas, mas as negras são as vítimas diretas do racismo. As brancas devem ser ouvidas para avaliarmos os efeitos no seu comportamento quanto ao racismo.

 2

 DENUNCIE

Fonte: Captura de tela retirada da seção de comentários do Texto 6, no site da Folha de S. Paulo

Sílvia Almeida (2019, p. 22) conceituou racismo como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam". Talvez tenha sido uma prática inconsciente do leitor acima, mas é preciso compreender que, quando é discutido um preconceito que fere alguém, a vítima é quem deve ser ouvida em primeiro lugar.

4.3.2. O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo é o terceiro jornal de maior circulação do país. Todavia, para o recorte desta análise, o veículo se mostrou mais relevante que o segundo jornal com maior número de assinantes. De acordo com os dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), disponibilizados em reportagem produzida pelo veículo jornalístico Poder 360 (YAHYA, 2021, s. p.), no ano passado, foi registrada uma média de 151.942 acessos na versão digital d'O Estado de S. Paulo.

4.3.2.1. "Em domínio público, obra de Monteiro Lobato não deve ser reescrita"

O Texto 6, intitulado "Em domínio público, obra de Monteiro Lobato não deve ser reescrita", é de autoria de J. Roberto Whitaker Penteado, professor, jornalista e publicitário. O artigo foi publicado em 16 de fevereiro de 2019, na editoria Aliás, d'O Estado de S. Paulo. O autor inicia o texto retomando a questão de as obras de Lobato terem entrado em domínio público, visto que o artigo foi escrito pouco tempo depois da data em que o fato aconteceu.

Inicialmente, é presumido que Penteado não concorda com a decisão de que obras de autores falecidos sejam liberadas para edição 70 anos após a morte deles, pois exprime sua opinião da seguinte maneira: "Decorrem, assim, neste ano, 70 anos de sua partida do mundo dos vivos e – de acordo com a nossa legislação sobre direitos autorais – toda a sua obra passa a ser de alguma coisa chamada 'domínio público'". Em seguida, Penteado cita outros escritores cujas obras passaram pelo mesmo processo, nacionais e internacionais.

Todavia, Penteado se contradiz ao escrever o que está exposto na Figura 22, afirmando que é um fenômeno inusitado que algumas obras de Lobato passem por correções ou modificações, pois o ato é mais comum do que se imagina. No parágrafo anterior, aliás, cita vários autores cujas obras passaram pelo mesmo processo após o falecimento.

Figura 22 - Trecho do artigo de Penteado para O Estado de S. Paulo.

Só que parece estar ocorrendo, com o nosso Lobato – considerado, com todo mérito, como um dos mais importantes autores de literatura infantil em todo o mundo – um fenômeno bastante inusitado: de acordo com diversas matérias e entrevistas recentemente publicadas pela nossa imprensa, anuncia-se que os seus textos deverão passar por verdadeiras e concretas correções, alegadamente para que se tornem palatáveis às gerações atuais e futuras de jovens leitores. Ou, em outras e mais claras palavras: serão alterados para tornarem-se politicamente corretos...

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

O que incomoda o autor do artigo, como ele relata na Figura 23, não é a adaptação da narrativa para outros formatos que não sejam o literário, e sim que as obras sejam modificadas em sua origem.

Figura 23 - Parágrafo retirado do artigo de Penteadado.

O que me incomoda é que se fala - e se discute publicamente com desembaraço - em modificar ou cortar ou modificar, no texto original, todas as passagens que possam ser consideradas "racistas", como, por exemplo, as frequentes malcriações da boneca Emília com a sua "fazedora", a negra, filha de escravos, Tia Nastácia. A Tia quase que aparece em pessoa, turbante e avental, como personagem do famoso filme *E o Vento Levou* (1939), na figura de Mammy, a empregada da mansão dos O'Hara, que valeu à atriz Hattie McDaniel o primeiro Oscar outorgado a uma pessoa de raça Negra... ou "afro-americana".

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Na perspectiva de Penteadado, o termo racista vem entre aspas, criando a sensação de que ele não quer se comprometer ou que não acredita que os trechos sejam racistas e devam ser modificados. Ademais, ele compara Tia Nastácia com um personagem de um famoso e clássico filme, lançado, inclusive, quando Lobato ainda era vivo. E qual era o personagem? A empregada da família.

Nos três parágrafos seguintes, Penteadado apresenta uma definição de como enxerga outros personagens que aparecem no Sítio do Pica-Pau Amarelo, ou que convivem com Tia Nastácia. O artigo aponta, como mostrado na Figura 24, que Lobato foi um "precursor do atual feminismo" (PENTEADO, 2019, s. p.), por ter dado espaço, nas obras infanto-juvenis, para que a maioria das personagens fossem mulheres. Contrariando esse pensamento, crê-se que sua decisão por as privilegiar se deu pelo seu convívio e criação durante a infância, principalmente, com mulheres, como a mãe, criadas e até mesmo escravas, tendo em vista que Lobato tinha seis anos quando aconteceu a abolição da escravatura.

Figura 24 - Trecho extraído do artigo de Penteadado para O Estado de S. Paulo.

De fato, Pedrinho é dos poucos personagens masculinos do Sítio. Mas, longe de ser o que se chama hoje de "machista", Lobato foi precursor do atual feminismo, ao entregar a liderança do Sítio à avó sábia, Dona Benta, que tudo administrava com Nastácia. A inegável estrela da obra é também feminina: a boneca Emília, "feita" de panos e trapos pela boa Tia e através de quem ML exprimia as idéias criativas e iconoclastas do seu próprio alter ego. São do gênero masculino, contudo, dois nobres: o Visconde de Sabugosa e o Marquês de Rabicó; sem esquecer o sempre ponderado burro Conselheiro e o fortudo Quindim, o rinoceronte.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Concluindo seu artigo, Penteado aponta sua esperança de que a entrada em domínio público das 50 obras de Monteiro Lobato não faça com que sejam censuradas ou modificadas. Ainda, compara as mudanças nas obras com o ato de reformar Brasília, a capital do país. O que o autor não concorda é que talvez mudanças sejam boas, não apenas para se inserir no que julga como "politicamente correto", mas porque o erro que antes era ignorado pode ser corrigido nos dias atuais.

Por fim, foi contabilizada apenas uma ocorrência do termo "racista" durante todo o texto, e nenhuma do termo "racismo". Ademais, todos os comentários dos leitores, inseridos na seção de assinantes, concordam com a opinião de Penteado, não sendo possível apresentar um comentário com visão contrária à do artigo.

4.3.2.2. "No Salão de Paris, pesquisadora analisa o lugar do negro na obra de Lobato"

O Texto 7, intitulado "No Salão de Paris, pesquisadora analisa o lugar do negro na obra de Lobato", foi publicado em 14 de março de 2019, com autoria de Márcia Camargos, escritora, historiadora, jornalista e pesquisadora. O artigo está na editoria de Cultura do jornal O Estado de S. Paulo.

A primeira frase do artigo é uma referência a uma citação de Antônio Candido, utilizada no contexto em homenagem a Lobato: "Devido ao seu poder transformador, a literatura é um abismo" (apud CAMARGOS, 2019, s. p.). Para a autora, Lobato questiona princípios por meio de seus personagens.

Segundo mostra a Figura 25, as fortes opiniões de Emília não são, em nenhum momento, desrespeitosas com Tia Nastácia, mas um "recurso estético" de uma narrativa que privilegia a linguagem coloquial.

Figura 25 - Trecho retirado do artigo de Márcia Camargos para O Estado de S. Paulo.

Ora, conhecemos o caráter provocativo da boneca, que desacata filósofos, cientistas e, às vezes, inclusive a própria avó. Feita de pano, extrai o melhor dos dois mundos, usufruindo as vantagens dos humanos, sem os compromissos da vida real. Longe de desqualificar a cozinheira, sua falas, verossímeis para a época, são um recurso estético necessário numa narrativa fincada na oralidade e na linguagem coloquial. Além disso, ao resgatar as origens africanas de **Nastácia**, Lobato valoriza seu papel na cultura brasileira. Ao lado de **Tio Barnabé**, ela incorpora o viés popular, o saber empírico, as tradições ancestrais. É com este repertório que Nastácia, empoderada, salva-se até das garras do Minotauro. Saciado graças aos seus célebres bolinhos, o monstro desiste de comer gente. Aliás, não podemos esquecer que, de suas mãos mágicas, nasceu a irreverente **Emília**.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

É considerado também que o tratamento dado a Tia Nastácia, nomeada muitas vezes apenas pela cor de sua pele, foi de resgate às origens africanas dos antigos escravos, tornando-as valiosas para a cultura brasileira. O mesmo acontece com o personagem do Tio Barnabé. Nos parágrafos seguintes, Camargos debate sobre as questões retratadas no livro "O Presidente Negro" e, brevemente, em "Negrinha", que Lobato utiliza para denunciar a "mentalidade escravocrata" da época.

Por fim, foram contabilizadas 4 ocorrências do termo "racismo" e 6 da derivação lexical "racista". Concluindo seu artigo, como mostra a Figura 26, Camargos afirma que Monteiro Lobato flertou com inúmeros teóricos e movimentos. Dentre eles, tem-se o eugenismo, movimento que defende que a qualidade racial de uma população é diretamente dependente de um controle social que seleciona os melhores da espécie (excluindo cidadãos com doenças mentais e físicas, alcoólatras e pessoas com outra cor de pele). Com isso, os indivíduos considerados inferiores, ou de grupos "indesejáveis" são impedidos de reproduzir, incluso os negros. (DECLERCQ, 2020, s. p.)

Figura 26 - Trecho extraído do artigo de Márcia Camargos para O Estado de S. Paulo.

Afinal, não se pode negar que Lobato flertou com o eugenismo, mas o fez da mesma forma como apreciava Le Bon, antes de descobrir Nietzsche, e como encantou-se pelo fordismo, espiritismo ou comunismo. Não era um feixe coeso de ideias e atitudes, mas, antes, um espírito inquieto, atravessado de incoerências e contradições. Contudo, sem meias-tintas, sua obra arranca o leitor da zona de conforto, trazendo a **questão da negritude e do racismo** para a pauta do dia. Instigante, convida ao debate atual e urgente no País.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Por fim, a autora demonstra acreditar que o olhar de Lobato sobre o racismo no país instigou, e instiga até hoje, a discussão sobre o preconceito, causando inquietação ao leitor. Em todo o texto, registrou-se três vezes a ocorrência do termo "racismo", e o artigo também não possui nenhum comentário na seção de assinantes.

4.3.2.3. "Censurar a obra de Monteiro Lobato é uma tolice"

O Texto 8, intitulado "Censurar a obra de Monteiro Lobato é uma tolice", foi publicado em 30 de dezembro de 2020, sob autoria de Rogério Tadeu Romano, procurador regional da República aposentado, advogado e professor de Processo Penal e Direito Penal. O artigo está inserido na editoria de Política, do jornal O Estado de S. Paulo.

Romano inicia sua análise relatando a decisão do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, de negar o pedido de suspensão da leitura de Monteiro Lobato em escolas públicas do país. O pedido foi aberto em 2011 no STF, oito anos antes de as obras entrarem em domínio público.

Em seguida, Romano cita a escolha da bisneta de Lobato, Cleo, de reescrever o livro "Reinações de Narizinho", retirando os trechos racistas ou problemáticos presentes na obra. Essa atitude foi duramente criticada por Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, e Mario Frias, atual Secretário de Cultura, que a consideraram uma "mutilação politicamente correta".

Romano defende, como exposto na Figura 27, que alterar as obras de autores que são de domínio público significaria "destruir o legado intelectual do país", ainda que o contexto das páginas contenha preconceito contra uma minoria ou determinado grupo social. Como

outras matérias já analisadas, o artigo apresenta a opinião de que não é possível analisar o passado com o olhar do presente.

Figura 27 - Trecho retirado do artigo de Romano para O Estado de S. Paulo.

Será importante fazer essa censura em trechos considerados racistas numa obra?

O exercício é fútil. A literatura tem, entre suas funções, a de documento histórico de uma época e do pensamento de seu autor. Alterar trechos, não importa por qual motivo bem-intencionado, causará inevitável distorção do conteúdo.

Não se pode destruir um legado intelectual.

Se assim fosse estaríamos, no Brasil, a destruir, de forma bárbara, músicas como “O seu cabelo não nega”, dentre outras, de Lamartine Babo. Então não vou ler a obra de Heidegger porque ele admirava ideias nazistas? Ora, isso é bestial.

Não se pode analisar o passado com olhar do presente.

Deve-se se examinar a obra com o olhar dos tempos para a qual foi escrita, dentro de uma visão democrática.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

O autor defende que apoiar a modificação de obras literárias é ir contra a democracia e a liberdade de manifestação de opinião, a partir da citação do artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal, que garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato. No mesmo artigo, porém, no inciso X, é dito que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (BRASIL, 1988). Ou seja, é livre que seja expressa a opinião, mas que não viole a honra e a imagem das pessoas.

Some-se a isso que a perseguição a Lobato não é recente, mas vem desde 1940, quando o escritor foi apontado como comunista e, suas obras, propagandas da ideologia política. Além disso, Emília era apontada como uma ameaça à família brasileira (discussão que se estende até os dias atuais), por demonstrar resistência à própria posição na sociedade patriarcal da época, de mulher atrevida e rebelde.

Para Romano, o ato de querer modificar uma obra de Lobato é o mesmo que exercer uma "patrulha cultural" em meio a uma constituição democrática. Para concluir seu

pensamento, Romano utiliza um pronunciamento da Academia Brasileira de Letras sobre a problemática de que é necessário que os professores, como orientadores na formação das crianças, lhes ensinem sobre como desenvolver uma leitura crítica das obras de Lobato (Figura 28).

Figura 28 - Trecho retirado do artigo de Romano para O Estado de S. Paulo.

Exercer essa patrulha cultural em tempos de uma constituição-cidadã, de 1988, é uma tolice, repita-se.

É mais do que isso: é um exercício de “analfabetismo histórico”.

É bom recordar a feliz manifestação da Academia Brasileira de Letras sobre o tema:

“Cabe aos professores orientar os alunos no desenvolvimento de uma leitura crítica. Um bom leitor sabe que tia Anastácia encarna a divindade criadora dentro do Sítio do Picapau Amarelo. Se há quem se refira a ela como ex-escrava e negra, é porque essa era a cor dela e essa era a realidade dos afro-descendentes no Brasil dessa época. Não é um insulto, é a triste constatação de uma vergonhosa realidade histórica”.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Ao longo do texto, foram registradas três ocorrências do termo "racista" e uma do termo "racismo". Por fim, apenas dois leitores comentaram na seção destinada aos assinantes, ambos apoiando a ideia de que as obras de Lobato, assim como o escritor, deveriam ser mais valorizadas.

4.3.2.4. "A necessária superação de Monteiro Lobato na literatura infantil"

O Texto 9, último desta análise, é intitulado "A necessária superação de Monteiro Lobato na literatura infantil". O artigo foi publicado em 18 de abril de 2021, sob autoria de Paula Andreatti Margues, professora de Pedagogia na Universidade São Judas, na editoria de Política d'O Estado de S. Paulo.

De todas as matérias selecionadas, essa foi a única que citou a presença da cultura de cancelamento na sociedade e como o movimento fortaleceu o debate sobre o racismo nas obras de Lobato. Segundo Margues, essa discussão deixa explícito que o país ainda possui dificuldade de enfrentar – e compreender – problemas raciais.

Como retratado na Figura 29, Margues demonstra enxergar que há dois lados na discussão, mas que isso não invalida a verdade um do outro. Dessa maneira, ela deixa claro que vê Monteiro Lobato como assumidamente racista, mas isso se deu em consequência do contexto sócio-histórico da época.

Figura 29 - Trecho retirado do artigo de Paula Andreatti Margues para O Estado de S. Paulo.

Em tempos de discussão sobre a cultura do cancelamento, ressurgiu o debate acerca do racismo na obra de Monteiro Lobato. O tema já é discutido há algum tempo e demonstra o quanto o Brasil ainda enfrenta sérias dificuldades ao lidar com os assuntos étnico-raciais. De um lado do debate, considera-se que a obra de Monteiro Lobato é racista, do outro lado argumenta-se que se trata de um retrato da época em que os livros foram escritos. Ora, os dois argumentos são verídicos. Os escritos apresentam conteúdo racista por serem fruto de uma sociedade recém-saída da escravidão, e o último argumento não exime o autor da sua intencionalidade ideológica racista na representação do(a) negro(a) em seus livros.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Em seguida, Margues reforça que Lobato teve, e ainda tem, grande importância para a literatura infanto-juvenil – e não só a brasileira, considerando que suas obras já foram traduzidas para 100 línguas. Além disso, sabe-se que o escritor também inspirou várias crianças a se tornarem leitores mirins, assim como futuros leitores de várias outras obras.

Assim como outras pessoas que já leram Lobato, Margues expõe que o cancelamento do escritor não se dá por conta de todo o conteúdo de suas obras, mas por narrativas que replicaram o racismo existente naquela época, e que persiste na sociedade até hoje.

Como citado na Figura 30, ainda que Lobato tenha mudado de opinião e, principalmente, suas crenças e preconceitos, todavia, permitiu que seus personagens continuassem em suas posições de inferioridade, mostrando que esse lado de si ele não retratou em suas obras.

Figura 30 - Trecho do texto de Margues para O Estado de S. Paulo.

Monteiro Lobato, nascido no fim da escravidão (1882), importante nome da elite paulista cafeeicultora, neto do Visconde de Tremembé e membro da sociedade eugenista de sua época, tinha intencionalidade ideológica e política ao retratar as pessoas negras como inferiores e em posições sociais de servidão. Na defesa de Lobato, surgem argumentos de que o autor, de fato foi racista até a década de 30, mas que depois disso, mudou sua escrita, atribuindo características valorosas da cultura africana aos personagens Tio Barnabé, Tia Anastácia e o rinoceronte Quindim. Entretanto tal argumento mostra-se insuficiente da defesa do autor, considerando que tais personagens continuaram em posições subalternas e que, para as crianças, a compreensão dessas características de forma implícita, não ocorre com facilidade. Não se trata de negar a capacidade interpretativa das crianças, mas de compreender que a aprendizagem da criança acontece através da ludicidade, dos elementos simbólicos e das referências estéticas, por exemplo.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Dessa maneira, a autora passa a ideia de que o que foi transmitido uma vez para as crianças continuou com a mesma perspectiva, de que os negros estão em uma posição secundária. E, ainda que os leitores infantis não saibam fazer uma leitura crítica das obras de Lobato, são capazes de assimilar o cenário que lhes é narrado. Assim, podem compreender tanto os fatos bons, quanto os ruins, como a prática do racismo como algo natural e normal – mesmo que não se deem conta disso.

Para Margues, a negação das pessoas quanto ao racismo nas obras de Lobato pode estar relacionada ao fato de que suas obras estiveram presentes na vida de boa parte, senão todos, dos brasileiros adultos. Como a autora diz, o fato de estar ligado ao "campo de memórias afetivas" pode criar um incômodo de que as problemáticas não vistas antes, hoje, ficam explícitas, em decorrência das discussões atuais da sociedade.

De certa maneira, é possível compreender que o que muitos criticam como os problemas causados pelo "politicamente correto" é a resposta aos questionamentos de outros grupos sociais sobre as consequências do racismo oriundo da escravidão no Brasil.

A professora questiona se a sociedade deveria, então, cancelar Lobato. Retomando a definição do que é a cultura do cancelamento, Silva (2021), define como a prática de expor um fato através de uma rede social, esperando uma reação negativa das massas como resposta.

Se for interpretado literalmente, o cancelamento de Monteiro Lobato seria responsável por tirar de circulação todas as obras do autor, assim como deixá-lo cair no esquecimento. Ademais, Margues questiona o porquê de não ser levada em consideração, principalmente, a opinião de leitores negros, que são as pessoas diretamente envolvidas na problemática, sentindo-a na própria pele. Ela utiliza a obra "Negrinha" como exemplo, para explicar que nenhuma garota negra, e nem branca, aceitaria fazer o papel, em uma peça da escola, de um personagem tão inferiorizado.

Em contraponto à fala de Margues, acredita-se que, se o personagem em questão fosse a Emília, não haveria o mesmo problema, ignorando seus defeitos e "malcriações". Para a autora, "mais de um século após a abolição da escravatura no Brasil, potencializar a identidade e a cultura negra não é nenhum favor, é reparação de dívida histórica" (MARGUES, 2021, s. p.). Isso significa também que ignorar a identidade e cultura negra, ou minimizando atos que as ataquem, é continuar com a prática do racismo.

A Figura 31 expõe, em síntese, a opinião de Margues de que talvez não seja possível garantir que todas as obras de Lobato sejam contextualizadas ou recebam notas críticas, para que as crianças possam ler e compreender o contexto histórico de cada narrativa. Além disso, coloca-se, também, que pode haver uma precariedade não só no ensino, mas na capacidade das famílias em discutir sobre o racismo com as crianças, vivenciado naquela época e como é perpetuado nos dias atuais.

Figura 31 - Trecho retirado do artigo de Margues para O Estado de S. Paulo.

Ofertar ou não ofertar Monteiro Lobato para as crianças? Ora, conseguiremos garantir que toda leitura seja devidamente contextualizada, problematizada? Professoras(es), famílias e adultos, de forma geral, estão preparados(as) para tal problematização e diálogo com as crianças sobre o tema? Se Lobato retrata a realidade racista da sua época, devemos nos questionar se faz sentido continuar lendo e apresentando o retrato daquela época para as nossas crianças, sem nenhuma problematização, como comumente acontece na leitura da obra. Tudo se transforma. A época é outra. Como sujeitos de outra época, da nossa época, é fundamental pensarmos nas infâncias de agora e compreender as demandas literárias das crianças de nosso tempo. Não queremos mais que crianças negras, maior parte das crianças brasileiras, continuem a sentir profundo constrangimento ao se depararem sempre com sua representação ligada à escravidão. Não queremos mais que crianças brancas se sintam superiores às crianças negras.

Fonte: Captura de tela retirada da versão digital da matéria, no site d'O Estado de S. Paulo

Ademais, coloca-se que as crianças deveriam aprender sobre a negritude tendo contato com a riqueza cultural, social e histórica, e não de um período que culminou em um sofrimento que ainda se estende desde o período escravocrata. Citando Emicida, que já foi parafraseado por Margues, a cultura negra enquanto potência deve chegar à criança antes do racismo, antes da opressão.

A partir da afirmação de Margues (2019, s. p.) de que "disponibilizar as obras lobatianas para as crianças, ou trabalhar pedagogicamente através delas, é reafirmar o histórico de sofrimento de alguns povos, é mexer na ferida que ainda não cicatrizou por completo", vê-se que a autora do artigo é contrária ao cancelamento de Lobato, tanto quanto é contrária à leitura das obras pelo público infanto-juvenil. Margues, que é apoiadora de uma pedagogia antirracista e decolonial, sugere que sejam utilizados na educação brasileira livros que acrescentem, positivamente, a negritude na cultura e no aprendizado das escolas.

4.4. CONCLUSÃO

Ao fim desta análise, foi observado que nenhum veículo de comunicação apresentou o mesmo ponto de vista em todos os artigos, uma vez que suas editorias dão a abertura para que não só jornalistas, mas outros escritores e profissionais, possam expressar sua própria opinião. Isso não prejudica a posição de nenhum dos dois jornais, mas faz com que sua abrangência alcance leitores com diversidade de posicionamento.

Todavia, vê-se, em quantidades diferentes, como os autores utilizaram dos termos categorizados para construir suas análises. O Quadro 1 foi produzido para que fosse possível analisar as categorias visualmente e, assim, ver quais artigos aprofundaram suas observações e quais conservaram uma opinião mais rasa.

Quadro 1 - Síntese das categorias utilizadas na análise

	Período de publicação	Tipo de produção jornalística	Editoria	Nº de ocorrências de termos de destaque
Texto 1*	03/02/2019	Artigo	Ilustríssima	3
Texto 2*	10/02/2019	Artigo	Ilustríssima	14
Texto 3*	19/01/2021	Artigo	Opinião	13

Texto 4*	15/02/2021	Artigo	Ilustrada	13
Texto 5*	24/02/2021	Artigo	Ilustríssima	4
Texto 6**	16/02/2019	Artigo	Aliás	1
Texto 7**	14/03/2019	Artigo	Cultura	10
Texto 8**	30/12/2020	Artigo	Política	4
Texto 9**	18/04/2021	Artigo	Política	10

Fonte: Elaboração própria

*Publicados na Folha de S. Paulo.

**Publicados n'O Estado de S. Paulo.

No que diz respeito ao debate sobre a possibilidade de edição das obras para que não compromettesse o aprendizado crítico das crianças, foi observado que pouco se falou sobre os livros infanto-juvenis de Lobato, mas sobre leituras voltadas para adultos. Ainda que haja presença de racismo em ambos os estilos do autor, a prioridade deveria ser a análise sobre trechos racistas retratados para crianças, que estão em processo de assimilação de fatores externos, como o conteúdo de livros que geralmente leem.

Por isso, verificou-se que os artigos analisados contribuem em diferentes aspectos para a discussão. Enquanto alguns tratam do racismo em romances adultos de Lobato, outros direcionam a observação para quem deveria ter espaço no diálogo: crianças e adultos negros que se sentem menosprezados e ofendidos por falas racistas das obras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversos momentos da análise, pôde ser observado que alguns autores dos artigos defendiam que Lobato cometeu erros devido ao cenário em que viveu e, principalmente, por suas decepções na vida profissional, como os momentos de má aceitação de suas obras por leitores e críticos – a exemplo de "O Presidente Negro", que foi criticado nos Estados Unidos, sendo um fracasso no país norte-americano. Todavia, se Monteiro Lobato refletia nas obras suas decepções com cada área profissional pelas quais já ousou se aventurar, como poderia, do mesmo modo, não representar seus valores no mesmo contexto?

Pode-se dizer que o objetivo deste trabalho foi parcialmente atingido, por duas razões. Em primeiro lugar, pela falta de discussões frequentes que dialoguem com o problema, não só nos momentos em que ele esteja em alta. Foi possível verificar que, em ambos os jornais analisados, a maioria dos artigos era datada do primeiro semestre após as obras de Lobato terem entrado em domínio público e, posteriormente, o assunto foi retomado ao fim de 2020 e início de 2021. Nota-se que há um hiato no debate, que não diz respeito apenas ao fato de as escolas estarem fechadas em decorrência da Covid-19, pois já ocorria no ano anterior. Esse espaço não deveria existir, uma vez que, em discussões que envolvam preconceitos com raça, o diálogo precisa ser constante, pois afeta crianças e adultos negros diariamente.

Em segundo lugar, vê-se que os debates propostos nos artigos foram tratados de maneira rasa e superficial. O objetivo dos artigos analisados, que consistia em analisar o prejuízo em permitir – ou retirar – trechos racistas das obras infantis de Monteiro Lobato, não foi bem-sucedido, visto que foi direcionado para o racismo em romances adultos do escritor ou pela negação acerca da existência do preconceito. A partir da Análise de Conteúdo, metodologia aplicada para analisar os artigos, foi possível verificar quais conteúdos contribuíram com a discussão, a exemplo do Texto 9, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, e observar quais sugestões e abordagens mostram-se possíveis de serem aplicadas na educação brasileira.

Ademais, o fato de o título de um artigo expor que ali será tratado o racismo presente nas obras Lobatianas não significa que essa discussão possa estar implícita ou, até mesmo, que apenas o título justifique um conteúdo que não tenha sido escrito, para que o leitor crie sua própria reflexão sobre um fato ao qual não teve acesso. Dessa forma, questiona-se: como é possível que sejam feitas observações sobre o racismo sem nem ao menos citar o problema no decorrer do texto?

É fato que deve ser respeitada a liberdade do escritor segundo a época em que lançou seus livros e, ainda que não justifique a presença de racismo nas obras, é validável o valor que elas possuem para a cultura e literatura infantil brasileiras. O cancelamento de Monteiro Lobato também não se mostra correto. Em primeiro lugar, por se tratar de um escritor já falecido, que não possui direito à defesa ou retórica. Ademais, porque as produções têm peso na educação brasileira e foram lidas por inúmeras gerações – e marcaram a vida dos leitores.

Seria correto condenar Lobato ao esquecimento ou retirar suas obras do currículo escolar? Ou existiria um meio termo que pudesse alertar os leitores sobre a presença de racismo nas obras de Lobato, sem apagar a importância que ele tem até hoje para a literatura mundial? Devem existir limitações, mas que não ultrapassem o respeito à memória do escritor e, muito menos, de qualquer pessoa negra que sofra com atitudes de racismo.

Paula Andreatti Margues, autora do último artigo analisado, defende que é preciso ouvir a opinião das crianças negras, que são os indivíduos diretamente afetados pelo racismo diariamente. Como eles se sentem com leituras que possam deixá-los mal ou se sentindo menosprezados? Ou que deem abertura para que os colegas tenham atos preconceituosos com a criança, por ausência da represália que indique o erro na situação?

Em contrapartida, Ana Lúcia Brandão, autora de outro artigo analisado nesta monografia, aponta que cabe ao responsável pela leitura para as crianças filtrar e mediar o contexto presente nas páginas do livro, assim como a época vivida fora dele. Nesse caso, seria preciso lembrar que não são apenas alunos em processo de alfabetização que leem Lobato. Pelo contrário, em sua maioria, as obras são ofertadas nas escolas para estudantes em processo de formação crítica, podendo lê-las sozinhos.

Dessa maneira, como agir quando o responsável pela leitura for a própria criança? Cabe a ela mesma ter o discernimento, sozinha, de que é uma obra escrita há quase um século atrás, e que não deve considerar, atualmente, que as frases ali escritas não são aceitáveis? Ao observar minha infância, foi possível crer que as crianças não teriam consciência para avaliar criticamente as obras de Lobato, mas também é preciso considerar que era outra época, quando as crianças utilizavam a internet apenas para jogar, e não para fazer pesquisas sobre um ou outro assunto.

Quanto às questões não respondidas e que foram suscitadas por este trabalho, vê-se que seria preciso realizar outras análises que pudessem fornecer tais respostas, com observações que ainda não tenham sido feitas. Assim, pode-se complementar propostas e aplicabilidades efetivas no contexto do racismo em literatura infanto-juvenil.

Por isso, é importante que as observações, análises ou erratas venham junto ao livro, em edições impressas ou relançadas digitalmente. Assim, a criança poderá ter suas dúvidas e questionamentos respondidos diretamente na obra, buscando ajuda dos adultos no que não for compreendido. Essa prática não deveria ser rara e poderia ser incluída tanto em obras editadas que tiveram trechos racistas retirados, como naquelas que permanecem intocadas.

As notas críticas poderiam ser as mesmas, atentando o leitor ao fato de que aquela leitura contém trechos e fatos que condizem com o contexto sócio-histórico de outra época os quais não devem ser replicados atualmente. Talvez, assim, possamos dar valor ao autor que Lobato foi, como também a suas obras, sem ignorar erros ou preconceitos ali retratados.

É importante que os veículos de comunicação e quem produz conteúdo para eles atentem para a maneira como informam a população sobre tais problemáticas, principalmente quando envolvem não só as crianças, assim como questões jurídicas, como obras em domínio público. A literatura brasileira e a educação não devem ser desprezadas, sobretudo quando inseridas na discussão em raros momentos para justificar atos do passado.

REFERÊNCIAS

- ADIDO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/adido>> Acesso em: 17 de agosto de 2021.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. A cultura do “cancelamento” é a antipolítica por excelência. **Disparada**, 2020. Disponível em: <<https://disparada.com.br/cancelamento-antipolitica/>> Acesso em: 26 de julho de 2021.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Disponível em: <https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2021.
- AMARANTE, Dirce Waltrick do. Discussão sobre racismo em obra de Lobato deveria levar em conta opinião de crianças negras. **Folha de S. Paulo**: São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/02/discussao-sobre-racismo-em-obra-de-lobato-deveria-levar-em-conta-opiniao-de-criancas-negras.shtml>> Acesso em: 26 de setembro de 2021.
- ANACRONISMO. In: **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa** [em linha]. Porto Editora, 2003-2021. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/anacronismo>> Acesso em 12 de outubro de 2021.
- BARBERINO, Lisieanne Araújo. **O desejo por justiça: um estudo sobre linchamento virtual em sites de redes sociais**. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/33376/1/Dissertação_O%20desejo%20por%20justiça_Lisieanne%20Araújo%20Barberino.pdf> Acesso em: 31 de agosto de 2021.
- BARBOSA, Ana Paula. **A reprodução do racismo a partir das obras de Monteiro Lobato na atualidade**. Monografia (Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33208/1/tcc%20pronto.pdf>> Acesso em: 21 de agosto de 2021.
- BELING, Fernanda. As 10 maiores redes sociais em 2021. **Oficina da Net**: Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>> Acesso em: 5 de setembro de 2021.
- BRANDÃO, Ana Paula. 'Racismo delirante' é tratamento grotesco, Monteiro Lobato merece respeito. **Folha de S. Paulo**: São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/02/racismo-delirante-e-tratamento-grotesco-monteiro-lobato-merece-respeito.shtml#erramos>> Acesso em: 21 de setembro de 2021.n
- BRASIL, Congresso Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp> Acesso em: 26 de julho de 2021.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº15/2010**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): **leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras** / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

BRASIL, Presidência da República. Artigo 20, inciso nº 2, Lei 7.716/1989. Brasília, DF: Senado Federal. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm> Acesso em: 1 de outubro de 2021.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança: MS 35952 DF. Brasília, Supremo Tribunal Federal e Instituto de Advocacia Racial e Ambiental. Relator: Ministro Luiz Fux. Decisão: 19 de dezembro de 2014. **Jusbrasil:** Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25352846/mandado-de-seguranca-ms-30952-df-stf>> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

BRASIL. **Superando o Racismo na escola.** 2ª ed, [organizada por] Kabengele Munanga. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 21 de agosto de 2021.

CABOCLO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/caboclo>> Acesso em: 16 de agosto de 2021.

CAMARGOS, Márcia. No Salão de Paris, pesquisadora analisa o lugar do negro na obra de Lobato. **O Estado de S. Paulo:** São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,no-salao-de-paris-pesquisadora-analisa-o-lugar-do-negro-na-obra-de-lobato,70002755383>> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

CANCEL CULTURE. In: **Committee of Macquarie Dictionary.** Sydney: Macquarie Dictionary Publishers, 2019. Disponível em: <<https://www.macquariedictionary.com.au/resources/view/word/of/the/year/2019>> Acesso em: 08 de agosto de 2021.

CANCEL CULTURE. In: **Macquarie Dictionary.** Sydney: Macquarie Dictionary Publishers, 2020. Disponível em: <https://www.macquariedictionary.com.au/features/word/search/?word=cancel%20culture&search_word_type=Dictionary#> Acesso em: 08 de agosto de 2021.

CARVALHO, Liana. Bloco Que Merda é Essa crítica censura na literatura. **Jornal Extra:** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/carnaval/bloco-que-merda-essa-critica-censura-na-literatura-1040905.html>> Acesso em: 21 de agosto de 2021.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2003.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: Vida e obra: Tomo I.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

COELHO, Marcelo. Pode ser chato saber disso, mas Monteiro Lobato era de um racismo delirante. **Folha de São Paulo,** 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2021/01/pode-ser-chato-saber-disso-mas-monteiro-lobato-era-de-um-racismo-delirante.shtml>> Acesso em: 08 de agosto de 2021.

COLI, Jorge. Viva Lobato! **Folha de S. Paulo**: São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jorge-coli/2019/02/so-quem-nao-leu-ou-nao-entendeu-livros-de-lobato-pode-julga-los-racistas.shtml>> Acesso em: 19 de setembro de 2021.

DECLERCQ, Maria. Pseudociência e racismo: entenda o que é eugenia e seu impacto na sociedade. Tab: **UOL**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/faq/pseudociencia-e-racismo-entenda-o-que-e-eugenia-e-seu-impacto-na-sociedade.htm>> Acesso em: 1 de outubro de 2021.

DI FELICE, Massimo. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: DI FELICE, Massimo. (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação sociais**. São Caetano do Sul, São Paulo: Difusão, 2008.

EISENBERG, Zena Winona. et al. Monteiro Lobato e o Politicamente Correto. **Dados - Revista de Ciências Sociais**: Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

FELINTO, Marilene. Complexo de 'Negrinha'. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marilene-felinto/2021/02/complexo-de-negrinha.shtml?origin=folha>> Acesso em: 08 de agosto.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete Biográfico: **José Bento Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-bento-monteiro-lobato>> Acesso em: 10 de agosto de 2021.

FIOCRUZ, Repositório de Produção Científica da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Tempo de Duração da Proteção e Domínio Público**. [s. d.], Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/node/368252>> Acesso em: 21 de agosto de 2021.

FIORE, Ottaviano De. Racismo no Sítio do Picapau Amarelo? **Revista Ponto-e-vírgula**: Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/16354/12318>> Acesso em: 21 de agosto de 2021.

GRAGNANI, Juliana. Como 'comportamento de manada' permite manipulação da opinião pública por fakes. **BBC News**, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42243930>> Acesso em: 10 de agosto de 2021.

ILHÉU, Thaís. Tema de redação: como funciona a cultura do cancelamento. **Guia do Estudante**, 2021. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/redacao/tema-de-redacao-como-funciona-a-cultura-do-cancelamento/>> Acesso em: 26 de julho de 2021.

LAJOLO, Marisa. **A figura do negro em Monteiro Lobato**. Unicamp: Instituto de Estudos da Linguagem, 1998. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/lobatonegros.pdf>> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

LOBATO, Cleo Monteiro. Obras de Monteiro Lobato passam por atualização após acusações de racismo. **Revista Veja**, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/obras-de-monteiro-lobato-passam-por-atualizacao-apos-acusacoes-de-racismo/>> Acesso em: 04 de agosto de 2021.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. 1ª edição digital, com atualização ortográfica e projeto gráfico. São Paulo, 2019. Disponível para download em: <<https://www.baixelivros.com.br/literatura-brasileira/cacadas-de-pedrinho>> Acesso em: 21 de agosto de 2021.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. 32ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. 13ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

LOBATO, Monteiro. **Os Lambe-Feras**. In: LOBATO, Monteiro. Literatura de Minarete. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

LOHMANN, Augusto. As mídias sociais e as manifestações: estamos sendo manipulados por quem? **Para entender as mídias sociais: volume III**. [Organizado por] Ana Brambilla e Cristiano Santos. Salvador: Edições VNI, 2015.

MAINIERI, Tiago. RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. v. 8. nº. 14. **Revista Organicom**: Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139084/134433>> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

MARGUES, Paula Andreatti. A necessária superação de Monteiro Lobato na literatura infantil. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-necessaria-superacao-de-monteiro-lobato-na-literatura-infantil/>> Acesso em: 04 de outubro de 2021.

MEIRELES, Mauricio. Militantes do país reivindicam identidade negra de Machado de Assis. **Folha de S. Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/06/militantes-do-pais-reivindicam-identidade-negra-de-machado-de-assis.shtml>> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

MENDES, Maria Manuela. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. **Vivência: Revista de Antropologia**. v.º. 1, nº. 39, p. 101-124. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/1938/1378>> Acesso em: 22 de agosto de 2021.

MILL, John Stuart. **On Liberty and Other Essays**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

NEVES, Júlia Gasperazzo. ZAGANELLI, Juliana Costa. O racismo na obra de Monteiro Lobato. **Anais IV Colóquio Internacional de Direito e Literatura: Censura, Democracia e Direitos Humanos**. v. 2. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://seer.rdl.org.br/index.php/anacidil/article/view/206/337>> Acesso em: 25 de agosto de 2021.

NEVES, Noelle. Cultura do Cancelamento é o ato de calar o outro, diz pesquisador. **Santa Portal**, 2021. Disponível em: <<https://santaportal.com.br/geral/cultura-do-cancelamento-e-o-ato-de-calar-o-outro-diz-pesquisador/>> Acesso em: 04 de agosto de 2021.

NEW Jack City. Direção: Mario Van Peebles. [Produção de] Doug McHenry e George Jackson. Estados Unidos da América: Warner Bros. Pictures, 1991.

O QUE é ser "cancelado" na internet? Entenda e veja famosos que já foram cancelados. **NSC Total**, 2021. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/o-que-e-cancelado-internet-famosos-cancelados>> Acesso em: 26 de julho de 2021.

PAES, Leonardo Gabriel Reyes Alves da. et al. O que é racismo estrutural? **Politize**, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-e-racismo-estrutural/>> Acesso em: 24 de agosto de 2021.

PENNAFORT, Roberta. Monteiro Lobato ganha versões sem expressões racistas dos originais, e especialistas debatem até onde mexer na obra. **O Globo**. Grupo Globo: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/monteiro-lobato-ganha-versoes-sem-expressoes-racistas-dos-originais-especialistas-debatem-ate-onde-mexer-na-obra-23922333>> Acesso em: 19 de setembro de 2021.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. Em domínio público, obra de Monteiro Lobato não deve ser reescrita. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,em-dominio-publico-obra-de-monteiro-lobato-nao-deve-ser-reescrita,70002721591>> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

PEREIRA, Maria Irenilda. RICCI, Larissa. Vídeo explica o que é cultura do cancelamento e suas origens. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/02/16/interna_nacional,1238138/video-explica-o-que-e-cultura-do-cancelamento-e-suas-origens.shtml> Acesso em: 04 de agosto de 2021.

PUTTI, Alexandre. Caso Karol Conká: qual o limite da 'cultura do cancelamento'? **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-karol-conka-existe-um-limite-para-o-cancelamento/>> Acesso em: 08 de agosto de 2021.

RAÇA. In: **Dicionário de Língua Portuguesa Michaelis**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=nekKq>> Acesso em: 22 de agosto de 2021.

RACISMO de Lobato. Folha de S. Paulo: São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/12/o-racismo-de-lobato.shtml>> Acesso em: 21 de setembro de 2021.

RAP'ORTAGEM, Simples. **Quadro Negro**, [por] Jorge Hilton de Assis Miranda. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2004. Projeto sonoro produzido no Programa de Ações Afirmativas da UFBA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yh9AjtHGdmY&t=553s>> Acesso em: 21 de agosto de 2021.

REGINALDO, Lucilene. Obra infantil de Monteiro Lobato é tão racista quanto o autor, afirma historiadora. **Folha de S. Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/obra-infantil-de-monteiro-lobato-e-tao-racista-quanto-o-autor-afirma-autora.shtml>> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Tecnopia versus Tecnofobia. O mal-estar no século XXI**. Universidade de Brasília: Brasília, 1999. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17689/1/ARTIGO_TecnopiaVersusTecnofobia.pdf> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

ROMANO, Rogério Tadeu. Censurar a obra de Monteiro Lobato é uma tolice. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/censurar-a-obra-de-monteiro-lobato-e-uma-tolice/>> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

SELKE, Ricardo de Castilho. **Monteiro Lobato: Crítico Social**. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100885/311487.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 16 de agosto de 2021.

SILVA, Alessandro Ferreira da Silva. Cultura do cancelamento: cancelar para mudar? Eis a questão. In: **Revista Argentina de Investigación Narrativa**, ed.1, vol.1, p.93-107. Universidad Nacional de Mar Del Plata, Facultad de Humanidades, 2021. Disponível em:

<<http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/rain/article/view/4862>> Acesso em: 26 de julho de 2021.

SILVA, Daniel. Ku Klux Klan. **História do Mundo**. Rede Omnia: Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/ku-klux-klan.htm>> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**. [Organizado por] Tarcízio Silva. 2ª ed. LiteraRUA: São Paulo, 2021.

SILVA, Tarcízio. Teoria racial crítica e comunicação digital: conexões contra a dupla opacidade. **Fluxos em redes sociotécnicas: das micro-narrativas ao big data**. Intercom: São Paulo, 2019.

SWIFT, Taylor. Taylor Swift on Sexism, Scrutiny, and Standing Up for Herself. [Entrevista concedida a] Abby Aguirre. **Vogue Magazine**. Nova Iorque, 2019. Disponível em:

<<https://www.vogue.com/article/taylor-swift-cover-september-2019?>> Acesso em: 26 de julho de 2021.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos**. [Organizado por] Tarcízio Silva. 2ª ed. LiteraRUA: São Paulo, 2021.

VOCATIVO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/vocativo>> Acesso em: 21/09/2021.

YAHYA, Hanna. Circulação impressa de grandes jornais cai 12% nos 5 primeiros meses do ano. Brasília: **Poder 360**, 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/circulacao-impressa-de-grandes-jornais-cai-12-nos-5-primeiros-meses-do-ano/>> Acesso em: 14 de setembro de 2021.

YUNES, Eliana. Lobato: leituras e revisões. **LER - Leitura em Revista**: Pontifícia Universidade Católica: Instituto Interdisciplinar de Leitura PUC. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<<https://iiler.puc-rio.br/leituraemrevista/index.php/LER/article/view/166/46>> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

ZEITGEIST. In: **Meio & Mensagem**. São Paulo: Editora Meio & Mensagem, 2014. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/ponto_de_vista/2014/02/06/zeitgeist.html> Acesso em: 08 de agosto de 2021.

ANEXOS

Anexo 1 - Ilustração do escritor e chargista Ziraldo para Bloco "Que Merda é Essa?", que desfilou no carnaval de 2011.



Fonte: Ziraldo, 2011